

Universidade de São Paulo  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Departamento de História

# ***MEMORIAL***

**Elizabeth Cancelli**  
**Profa. Livre-docente - Associada III**  
**Dep. de História \_ USP**

# Pentimento

Old paint on canvas, as it ages, sometimes becomes transparent. When that happens it is possible, in some pictures, to see the original lines: a tree will show through a woman's dress, a child makes way for a dog, a large boat is no longer on an open sea. That is called pentimento because the painter "repainted", changed his mind. Perhaps it would be as well to say that the old conception, replaced by a later choice, is a way of seeing and than seeing again.

Lilian Hellman

Aos 25 anos fui contratada pela primeira vez como professora universitária. Através de indicações, soube de uma vaga para professor na Universidade Metodista de Piracicaba. As aulas não eram exatamente sobre a disciplina em cuja área eu resolvera fazer meu mestrado. Havia ingressado em 1979 no programa de pós-graduação em História da Unicamp e estava pensando seriamente em deixar o jornalismo. Em Piracicaba fui encarregada de dar aulas de técnicas de redação, e foi assim que iniciei minha carreira acadêmica.

Já na adolescência havia me decidido a ser jornalista, uma convicção que ficaria ainda mais forte depois de um ano como bolsista de intercâmbio nos Estados Unidos através do programa do *American Field Service*. Estávamos na década de 1970 e a ditadura militar havia disseminado não só o medo, mas um imenso terror no que diz respeito à liberdade de opinião. Fazer jornalismo, pensava naquele tempo, era uma maneira de poder falar. A experiência nos Estados Unidos, com apenas 17 anos, e em plena crise do governo de Richard Nixon e do Partido Republicano, me fizera experimentar, pela primeira vez, o exercício da liberdade de opinião nos jornais, nos debates, no acesso a filmes que estavam proibidos no Brasil e aos livros, facilmente acessíveis na biblioteca do *college* que ficava exatamente em frente a minha escola. Seguir a profissão de jornalista era, então, uma decisão inquestionável.

Em 1975 comecei a cursar Comunicação Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O curso funcionava provisoriamente, como até hoje, nas dependências do prédio da Gráfica da Universidade. Nosso único lugar para sentar eram as escadarias da Faculdade. As portas das salas de aula permaneciam trancadas quando não houvesse professor. A biblioteca ficava numa pequena salinha e tinha poucas centenas de livros. O curso era eminentemente técnico, ao molde norte-americano, e fora deslocado do prédio e das imediações da Faculdade de Filosofia por questões políticas. Evitava-se o convívio dos estudantes de jornalismo com o restante das Humanidades. Como ser jornalista sem ter acesso à formação humanística? Comecei a me perguntar.

Em meados dos anos 70, as oposições começavam a se articular contra o regime militar sob a bandeira das liberdades democráticas, e os cursos de Ciências Sociais, bem como os sociólogos, especificamente, ganhavam bastante visibilidade. Em Porto Alegre, cidade onde nasci, em 1956, e onde continuava a morar, a movimentação em torno do debate político se estruturava, bastante alimentada pelo reagrupamento das oposições e pelo *boom* da imprensa nacional. Os sociólogos, para nós que ensaiávamos sair da adolescência, eram, assim, uma espécie de intérpretes do mundo e da verdade naquele universo de censura em que fomos criados. Vários de nós, alunos de Comunicação da UFRGS, começamos a cursar também Ciências Sociais.

Foram aqueles os meus primeiros anos de aprofundamento de leitura teórica, encorajada ainda pelos debates do movimento estudantil. Líamos e fazíamos da leitura um instrumento de questionamento da realidade brasileira e da militância política. Sem a obrigatoriedade do diploma de jornalista para o exercício da profissão, nós, estudantes, lotávamos as redações dos jornais, rádios e emissoras de televisão. Uma mão-de-obra entusiasmada e barata. Ingressávamos na profissão como aprendizes, engordávamos nossas mesadas e comprávamos livros. Foram assim meus primeiros anos de faculdade, combinando Jornalismo e Ciências Sociais. No final de 1977, conseguira me formar em Comunicação em apenas três anos. Achava que não agüentaria os quatro anos, como previsto no fluxograma da graduação; o curso era realmente muito fraco. Tentara compensar um pouco essa deficiência com os dois anos de Ciências Sociais, alguns grupos de estudos e a vivência que havia adquirido trabalhando na seção de política em um jornal dos Diários e Emissoras Associados e como redatora em uma emissora de rádio FM. Ainda no início da idade adulta me casei pela primeira vez e mudei-me para Campinas. Estava em 1978.

Meus planos iniciais eram de trabalhar e concluir o curso de Ciências Sociais. Por um breve período de tempo, trabalhei em um jornal de Campinas e matriculei-me como aluna especial em duas disciplinas de graduação nas Sociais da Unicamp. Desisti de ambos quando comecei a frequentar a pós-graduação em História como ouvinte. Resolvi fazer a seleção para o mestrado em julho ou agosto daquele mesmo ano. Ingressei na turma de 1979 e dei início ao percurso acadêmico de historiadora.

O momento era extremamente rico, vivíamos uma distensão política e havia muita expectativa em relação à anistia. Os cursos de pós-graduação se multiplicavam e a maior parte dos alunos da área de Humanas trazia, como eu, passagens pelo movimento estudantil, alguns, como vários de meus colegas, com um engajamento profundo em grupos de esquerda. A maioria vinha da USP. Na turma de 79 da Unicamp - a quarta de pós-graduação daquela jovem universidade -, apenas duas alunas, entre os 12 selecionados, não vinham da Universidade de São Paulo. Eu era uma delas. No quadro de professores, vários recém-doutores em História pela Universidade de São Paulo e dois norte-americanos, todos eles marcantes em minha formação teórica e acadêmica.

De certa forma, a publicação, em 1978, do livro conjunto de Marilena Chauí e de Maria Sylvia de Carvalho Franco, *Ideologia e Mobilização Popular*,<sup>1</sup> externava as preocupações teóricas do grupo de jovens professores brasileiros da Unicamp egressos da USP e que marcariam o ambiente acadêmico, tanto no que diz respeito às discussões nos seminários, já que este era o formato das aulas, quanto aos trabalhos que acabariam sendo produzidos.

O livro de Chauí e de Carvalho Franco, dividido em duas partes, pode-se dizer, traduzia a cena intelectual não somente pelos aportes teóricos. Ele apresentava também, especialmente no que se refere à leitura da história brasileira, o redirecionamento da nova esquerda intelectual, cindida que estava com as leituras sobre a modernidade dos anos 1950 que acabara desembocando no desenvolvimentismo e na teoria da dependência. Além de Marx, líamos compulsivamente a então nova historiografia inglesa de esquerda, Michael Foucault, Hannah Arendt, Gramsci, Althusser, Guattari, Castoriadis, Leffort, Freud... Este novo posicionamento se espalhava por várias universidades brasileiras e dava também seus frutos bibliográficos. Tratava-se de um rompimento, especialmente com as representações acadêmicas presas à valorização dos mitos de identidade nacional, das chamadas “incompletudes” burguesas, da procura dos tipos ideais, do *ethos* das classes médias e da burguesia, da aposta em modelos de desenvolvimento econômico como explicação do mundo dos homens e da busca desenfreada e incessante por um *standard* para o homem brasileiro. Em suma, era um rompimento com as representações que buscavam nos “males

---

<sup>1</sup> CHAUI, Marilena e FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. São Paulo, CEDEC/Paz e Terra, 1978.

do passado” as justificativas intelectuais e políticas para projetos de Brasil. Aquele era também o momento em que o país vivia o ressurgimento do sindicalismo, a movimentação pela anistia política e, um pouco mais tarde, a campanha pelas Diretas Já, além da expansão do sistema de pós-graduação, tal como havia sido traçado pelas linhas gerais do Parecer Sucupira.<sup>2</sup>

A estrutura da pós-graduação da Unicamp como um todo, que eu vivenciava naquele momento, seguia um modelo que deveria realizar, em suma, os propósitos da nova universidade brasileira. Ela seria marcada profundamente pela influência norte-americana e pela vivência nos Estados Unidos que tiveram os intelectuais brasileiros ligados à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior) nos anos 1950 e 1960, como Anísio Teixeira e o próprio Newton Sucupira. A bem da verdade, este modelo de pós-graduação já havia sido usado no Brasil quando da criação da Universidade de Brasília (UnB), em 1962, que, por seu sucesso, conforme confessaria Sucupira, acabaria por dar sustentação à reforma universitária brasileira de 1968 e à estruturação da pós-graduação.

Inspirada também na UnB e na experiência que Zeferino Vaz - o primeiro reitor da Unicamp - tivera ao assumir a reitoria da Universidade de Brasília, logo após o golpe de 1964, é que se criaria, em 1966, a Universidade de Campinas. No início - essencialmente centrada nos cursos de pós-graduação, através da dinâmica que os princípios de pós-graduação de 1965 do Parecer Sucupira haviam estabelecido -, os alunos deveriam, além dos trabalhos finais de dissertação e tese, seguir cursos, participar de seminários, trabalhos de pesquisa e integrar-se em um sistema de formação com avaliação e acompanhamento previstos, com obrigações de prestação de exames e com contabilidade de créditos, além do domínio de línguas estrangeiras, sem detrimento da liberdade de escolha acadêmica.

Era curioso, porque muito do ambiente acadêmico que eu encontraria na pós-graduação, desde a forma de ministrar as aulas até o tipo de engajamento que era esperado dos alunos em seu compromisso com os professores, me fazia lembrar de minhas aulas de ginásio. Naquela época, o ano era 1967, o Rio Grande do Sul ainda se notabilizava pela qualidade de sua educação. E, na cidade de Porto Alegre, havia uma educadora com

---

<sup>2</sup> Parecer nº 977/65. Newton Sucupira foi o relator do parecer assinado por A. Almeida Júnior, presidente da Câmara de Educação Superior, Clóvis Salgado, José Barreto Filho, Maurício Rocha e Silva, Durmeval Trigueiro Mendes, Alceu Amoroso Lima, Anísio Teixeira, Valmir Chagas e Rubens Maciel. In: BOMENY, Helena. *Newton Sucupira e os rumos da Educação Superior*. Brasília: Editora Paralelo 15/ CAPES, 2001.

formação filosófica, a professora Zilah Totta, que fazia escola pela qualidade dos colégios que dirigia e por seus princípios educacionais, centrados, fundamentalmente, na ênfase do desenvolvimento do intelecto e na capacidade de julgamento. Pois eu tive a sorte de ter sido aluna em uma classe piloto - era assim que a chamavam - no Colégio Estadual Infante D. Henrique, em que os estudantes, além de serem ativos no processo de aprendizagem, tinham aulas em dois turnos e várias opções de aprendizado em língua estrangeira. Estudávamos teatro, cinema e as aulas de português eram ministradas com literatura brasileira. Não tínhamos manuais nem notas, mas conceitos, e nossa avaliação era feita pelo conjunto de professores. Cheguei a ter apenas dezessete colegas de classe no último ano do ginásio. Estudávamos lendo e discutindo. Um aprendizado, diga-se, bem diferente para quem tinha feito o primário em uma escola muito aborrecida dirigida por freiras beneditinas norte-americanas e para quem depois faria o secundário num colégio mais conservador, a escola padrão do estado, o Colégio Júlio de Castilhos. Como na pós-graduação, no ginásio podíamos nos orientar minimamente de acordo com nossos interesses e afinidades.

Assim, a postura teórica trazida pelos jovens professores da Unicamp, juntamente com a dinâmica institucional implementada pela recém criada universidade, e o pequeno número de alunos que ingressavam anualmente no programa confluíram para que eu me dedicasse de maneira integral à vida universitária, e de maneira muito feliz.

A ênfase da formação da Unicamp era em História do Brasil, com duas áreas de concentração: História Social e História da Agricultura. As pesquisas, em sua maioria centradas nos séculos XIX e principalmente no século XX, reforçavam as rupturas teóricas e políticas que vinham sendo construídas no espaço acadêmico. Como bem pontuavam Chauí e Carvalho Franco, chamava atenção a bibliografia universitária sobre a primeira metade do século XX pela similaridade de *approaches*. Chauí, por exemplo, observava que, em sua quase totalidade, os estudos se distanciavam da análise dos sujeitos (e, portanto, do discurso e da ação dos homens), para se aterem à análise dos predicados, isto é, daquilo que resulta da ação dos sujeitos e, igualmente, do Estado - que não pode ser o sujeito da ação -, incorrendo em uma inversão inaceitável do eixo reflexivo. Independentemente dos vários matizes que se revelaram através dos textos que estudou, Chauí concluiu que, em função desta inversão, existiam eixos permanentes nestas análises e que nelas a História produzida sobre o país seria resultado da combinação dos seguintes fatores:

- (1) Das “conflituosas querelas de luta da classe dominante, incapaz de hegemonia”;
- (2) Do despreparo e imaturidade da classe operária, sempre manipulada;
- (3) Do radicalismo inoperante das classes médias;<sup>3</sup> sempre rebocadas;
- (4) Do peso do capitalismo internacional avançado sobre o passado periférico”.<sup>4</sup>

E, devido a este encaminhamento, a historiografia teria construído uma história, não do que foi, mas do que “teve de ser”. Este tipo de “anomalia historiográfica” – a do “teve que ser” - teria se constituído, a partir do emprego de um arcabouço conceitual que parte do que falta (o que não é) e daquilo de que está sendo privado (do que não tem); e não do que engendra (o que é).

Do ponto de vista da pesquisa, estes condicionantes - acabaríamos por discutir nos nossos cursos de pós-graduação - faziam com que grande parte da historiografia se dirigisse à procura da comprovação do que deve vir a ser o país. Eu, particularmente, compartilhava da idéia, alimentada pela massiva leitura teórica a que vínhamos sendo introduzidos, de que grande parte da historiografia abandonara a noção chave que é a da **diferença** (do diverso, do distinto, antônimo de simetria), como princípio da individuação, e consagrara a noção de desigual, que se utiliza do número (estatística), do espaço (lugar) e do tempo (antes e depois), estabelecendo a individuação de maneira extrínseca, buscando a simetria pelo estabelecimento da desigualdade. Ou seja, a partir do que falta (do que não tem, em relação a algo ou a alguém que tem), e não do que engendra; da ausência do sujeito da política (que deveria ser o Homem e não a coisa); e da busca da simetria em relação a alguma coisa que se estabelece como padrão,<sup>5</sup> é que se tornara possível a construção das categorias de desigual, tardio, retardado, atrasado (porque ainda não chegou

---

<sup>3</sup> Em que pese a falta de precisão e de propriedade deste conceito.

<sup>4</sup> CHAUI, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUI, Marilena et FRANCO, Maria Sylvania de C.. Op. cit., p. 22

<sup>5</sup> O tipo ideal.



lá); de despreparo e imaturo (porque é o outro) e de idéias fora do lugar (porque se despreparado e não padrão, como ter os lugares preenchidos?).<sup>6</sup>

De uma forma geral, nossos trabalhos de pesquisa na pós-graduação negavam as postulações que subentendiam não só o estabelecimento de um parâmetro de modernidade, como também de um encadeamento histórico evolutivo, em uma direção teleológica. Para isto, em termos teóricos, a leitura do estruturalismo e de seu diálogo com a Psicanálise, em textos produzidos por autores da *New Left* do pós-guerra, além da releitura de Marx, tornaram-se fundamentais.

Éramos assim convocados a novas indagações teóricas e políticas que o jovem corpo de professores, fundamentalmente imerso na tradição teórica francesa, fazia não só em sala de aula, como também pelo convívio descontraído e próximo que tínhamos dentro e fora da Universidade. Além disso, a presença marcante de dois professores norte-americanos, brasilianistas, que faziam parte do programa, Michael Hall e Peter Eisenberg, incentivara dois pontos nodais em nossa formação: a modernização da pesquisa e da inserção bibliográfica.

Por um lado éramos incitados a ousar teórica e intelectualmente, refutando modelos, fórmulas e "marcos teóricos", assumindo que negávamos as noções de política que não aceitavam na análise da ação e do discurso e do exercício de poder a procura da dinâmica da história. Por outro lado éramos também incitados a mergulhar à procura de novas fontes bibliográficas e de pesquisa, dentro e fora do Brasil. Os investimentos da Universidade na formação de uma densa biblioteca na área de Ciências Humanas e da compra de acervos documentais para a formação do Arquivo Edgard Leuenrouth nos envolviam diretamente, demarcando os parâmetros acadêmicos que determinariam nossa formação.

No que me diz respeito, Maria Stella Martins Bresciani, Edgar De Decca, Déa Fenelon e Ítalo Tronca destacavam-se nesta proposta de renovação. E foi sob a orientação de Stella Bresciani, advinda da USP, que acabei fazendo meu mestrado e doutorado.

Inicialmente, o que me levaria a pesquisar os anos Vargas, objeto tanto de minha dissertação de mestrado quanto de meu trabalho de doutorado, era a profunda

---

<sup>6</sup> Nessa perspectiva, do que não está no seu lugar, os trabalhos de Roberto Schwartzman, *Ao vencedor as batatas*, e o de José Murillo de Carvalho, *Os bestializados da República*, apresentam uma espécie de complementaridade.

rejeição intelectual da premissa historiográfica bastante difundida de que havia existido certa inevitabilidade histórica da ditadura Vargas, com vistas à modernização do país e a seu ingresso na era industrial. Um Estado forte capaz de ser agente de mudanças, tido como uma espécie de ente superior, descolado e independente do mundo dos homens. Hoje sei, entretanto, que a escolha intelectual trouxe consigo questões subjetivas, como sucede em nossas escolhas.

A primeira destas questões diz respeito a uma dívida simbólica e à memória familiar que construí.

Sou descendente de colonos alemães e italianos que se fixaram, os primeiros, já no início do século XIX, no interior do Rio Grande do Sul, no Vale do Taquari: região fértil e que ganhara prosperidade na virada do século XX. Quanto a meus ascendentes italianos, estes chegaram, com a grande massa de imigrantes da Itália, no último quartel do XIX, e se estabeleceram na colônia Conde D'Eu, na fronteira agrícola da colônia alemã. Desta proximidade, houve a possibilidade do encontro entre meus pais, algo não muito comum na época, especialmente pelo isolamento cultural que as antigas colônias ainda viviam.

Foi há alguns anos, ao assistir ao filme *A excêntrica família de Antônia*, que me emocionei muito, porque vi retratada na tela do cinema, de forma muito próxima, a maneira de viver e encarar a vida sempre presentes na casa de meus avós maternos, lugar em que costumava passar longos períodos de férias. Solidariedade, dignidade e respeito à individualidade, na mais completa forma de liberalismo alemão, foram valores que fizeram daquela casa um centro de convívio que alimentou com força espiritual não só o núcleo familiar, mas parentes, vizinhos e estranhos que lutavam pela vida em uma pequena vila de descendentes de alemães no interior do Rio Grande do Sul. Havia, entretanto, uma profunda contradição que não conseguia entender. Ao mesmo tempo em que valores fundamentais e muito claros sobre vida privada e esfera pública eram repassados, em meio a amargos relatos, em língua alemã, dos tempos das perseguições ocorridas nas colônias durante a Segunda Grande Guerra, a *Derradeira mensagem de Getúlio Vargas*, a *Carta Testamento*, havia sido emoldurada por meu avô e ocupava lugar de destaque na sala de jantar *art déco*.

As leituras de Freud na pós-graduação não só ajudaram a derrocar concepções de verdade universal, como fizeram com que eu buscasse a implicação do sujeito neste conflito de ambivalência. Além disso, todos estes questionamentos, alimentados pela

pesquisa de arquivo e pelas novas vertentes teóricas, fizeram-me pensar que, de certa forma, o período representava, na interpretação historiográfica, a grande síntese do que criticavam Marilena Chauí e Maria Sylvia de Carvalho Franco, esta última desde a confecção de *Homens livres na ordem escravocrata*.

O exercício de fazer uma dissertação de mestrado que fugisse desta criticada tradição foi bastante difícil. Primeiramente, porque exigia uma maturidade intelectual que eu não tinha. Em segundo lugar, porque não havia ainda se consolidado uma produção historiográfica que apontasse as alternativas para este caminho. Acabei optando por fazer um trabalho sobre a “Marcha para o oeste” de Getúlio Vargas. Essa opção pelo tema pareceu completamente adequada a mim e a minha orientadora, uma vez que havia me mudado para Cuiabá e feito concurso para professor assistente na Universidade Federal do Mato Grosso, em 1982, depois de ter tido curta experiência de trabalho como pesquisadora do CEDEC<sup>7</sup> (numa pesquisa sobre sindicalismo) e da ABRA<sup>8</sup> e de ter dado aulas na Universidade Metodista de Piracicaba, a UNIMEP.

Foram da época do mestrado minhas primeiras experiências de pesquisa em grandes arquivos, sendo o Arquivo Nacional o primeiro. Embora o resultado final do trabalho não tenha me agradado, a dissertação de mestrado fez com que eu amadurecesse a reflexão sobre vários pontos: 1) a importância do aprofundamento teórico em relação à questão do discurso político; 2) a fragilidade das pesquisas relativas ao período Vargas; 3) a riqueza da documentação disponível para o historiador; 4) a necessidade de revisão de algumas “verdades conceituais”, que não mais se sustentavam face às evidências documentais; 5) a o projeto de dar seguimento ao meu trabalho de doutorado, trazendo à baila a questão da presença constante do braço repressivo policial na própria configuração da estrutura de Estado; 6) e a importância de buscar suporte na bibliografia internacional.

Estas duas últimas constatações me fizeram seguir uma direção crítica no que diz respeito aos diagnósticos historiográficos de “atraso” do Brasil, da utilização de conceitos ou, se preferirmos, de adjetivos tais como dos coronéis e oligarquias, e de Vargas como “o” agente da história. Era possível, ainda nesta época, anos 1980, observar que a maior parte da historiografia brasileira, especialmente aquela produzida por cientistas

---

<sup>7</sup> CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea) fundado em 1976 como dissidência do CEBRAP.

<sup>8</sup> ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária) criada em 1967 para contribuir no campo de formulação de políticas de reforma agrária.

políticos e sociólogos, estava sustentada na premissa de que os 25 anos de governo Vargas representaram a tão esperada modernização, ou seja, a intensificação da industrialização, da educação, da integração nacional, a construção de Volta Redonda; e, é claro, a Consolidação das leis Trabalhistas (CLT).<sup>9</sup> Com um estilo de governar que, diziam eles, fora maquiavélico, e supostamente em nome da população, Vargas era lembrado como uma espécie de democrata "à brasileira", um "populista", como o agente da modernização, o que resolvera o cerne do problema brasileiro – seu atraso- decorrente, em última instância, da miséria, do autoritarismo e da debilidade da raça e dos costumes.<sup>10</sup> Dito de outra forma, tratava-se de um espectro de análise baseado nos pressupostos dos predicados e preso a uma espécie de interpretação assentada na psicologia dos interesses, presente fundamentalmente nas biografias e na documentação diplomática, que de forma geral informam estes estudos como material de pesquisa - quando havia pesquisa documental.

Eu acompanhava, assim, os novos aportes teóricos desenvolvidos nas universidades, especialmente a partir da USP, que não só questionavam os pressupostos destas análises, mas debatiam-se contra a aplicação de modelos weberianos e marxistas, particularmente da mescla teórica que vinha sendo feita com estes dois autores.

No que diz respeito à construção de uma historiografia sobre o Brasil, tentava-se romper com a tradição da procura de "modelos de análise" e com a tradição da "aplicação explicativa de teóricos". A crítica estava bastante assentada no fato de que o suporte teórico reflexivo não poderia constituir-se a partir do atraso, mas pela reflexão e na possibilidade de deixar-se ser surpreendido pela documentação e pelo discurso.<sup>11</sup> Nesta perspectiva, meu trabalho encaixava-se num conjunto de teses e trabalhos que vinha sendo feito, em especial nos estudos sobre a Primeira República brasileira e sobre o movimento republicano. Eles haviam-se desprendido dos modelos que procuravam a modernização e a psicologia de interesses, e voltavam-se, especialmente, para a crítica de representações da modernização, de demiurgo, pai dos pobres, dos saberes, das famílias, da política de

---

<sup>9</sup> Sobre a economia política e o desenvolvimentismo, em uma perspectiva teórico-política, especialmente entre economistas nos Estados Unidos, é importante ressaltar o trabalho de: MORAES, Reginaldo C.C. de. *Nota sobre a economia do desenvolvimentismo nos "vinte e cinco gloriosos" do pós-guerra.* [www3.usal.es](http://www3.usal.es), 29 de agosto de 2005.

<sup>10</sup> Numa espécie de retorno às principais teses interpretativas defendidas por Paulo Prado em seu *Retrato do Brasil*. Cf.: PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. Org. Calil, Carlos Augusto. São Paulo, Companhia das letras, 1998.

<sup>11</sup> Como chama a atenção Michael Foucault ao longo de sua obra, com destaque, nesse sentido, para o livro *Arqueologia e saber*.

massas, etc, etc. Em outras palavras, esses trabalhos questionavam o tipo de fontes que vinha sendo utilizado, o estreito aporte teórico e os pressupostos de pesquisa.

Se havia aprendido com meu mestrado que um bom trabalho de pesquisa era meio caminho andado no sentido da reflexão e da escrita, como tanto enfatizava Michael Hall, no doutorado me depararia com um grave problema: a maior parte dos arquivos necessários para a tese de doutoramento ainda não havia sido disponibilizada.

Meu ingresso no doutorado na Unicamp se deu em 1985, em meio a uma crise pessoal, como é comum nesta fase da vida e da formação acadêmica. Resolvi pedir demissão da UFMT. Já estava divorciada, apesar da idade e, definitivamente, não conseguira me adaptar ao estilo de vida cuiabano. Morara a vida inteira em uma cidade com muita vida urbana - Porto Alegre -, adorava a efervescência intelectual e cultural, havia recebido uma formação liberal luterana a seu extremo e, ainda mais, havia vivido um ano na Califórnia. O contraste era gritante.

Precisei, e quis, voltar a exercer a profissão de jornalista. Acabei me engajando em um projeto da *Gazeta Mercantil*, em Porto Alegre, até 1987, quando recebi um convite para trabalhar no Departamento de História da UnB, onde acabei prestando concurso.

A interrupção no doutorado (qualquer atividade é incompatível com uma editoria jornalística, especialmente a de política), embora tenha feito com que eu defendesse a tese apenas em 1991, foi extremamente positiva porque me fez enxergar, de fora e com mais clareza, as possibilidades do trabalho acadêmico. Também me fez amadurecer em relação à importância do trabalho de formação de alunos. Sentia muita falta da experiência didática, do contato com o corpo discente, do aprendizado que tivera ao preparar as aulas e da felicidade que tinha em estudar e pesquisar.<sup>12</sup>

Assumi as aulas na UnB e tratei de concluir meu doutoramento. A meia bolsa da CAPES do antigo programa de PICD ajudava a pagar as viagens de avião que fazia quase todas as semanas, embora sempre tivesse tido carga didática completa na Universidade de Brasília.

As férias eram dedicadas ao trabalho de pesquisa. Nada do que eu necessitava estava disponível em Brasília. Os deslocamentos até o Rio de Janeiro eram constantes, mas

---

<sup>12</sup> Eu havia dado aulas de Historiografia brasileira, Formação econômica, política e social do Brasil, Brasil Império e Brasil República.

não suficientes. O material sobre a polícia, no qual estava interessada - porque achava que o regime Vargas estava calcado em um Estado policial -, em grande parte havia sido destruído por Filinto Müller, quando de sua saída da chefia de polícia de Vargas. Já os arquivos dos vários DEOPS, que poderiam suprir, em alguma medida, esta falta, ainda não estavam disponíveis: a redemocratização ainda era muito recente.

Uma nota de roda-pé de um livro de Stanley Hilton<sup>13</sup> me chamou a atenção e deu pistas, indicando que talvez fosse possível enriquecer a pesquisa no *National Archives*, em Washington. Uma bolsa sanduíche da CAPES, com aceite institucional generosamente dado por Warren Dean, na New York University (NYU), me fez ir aos Estados Unidos. Fiquei também feliz, porque nunca mais havia voltado ao país e porque as condições de investigação eram magníficas, embora o inverno fosse rigoroso. A pesquisa permitiu que eu preenchesse várias das lacunas deixadas pela indisponibilidade de material no Brasil, além de ter me proporcionado a documentação básica para a confecção do livro *A Intentona em Nova York*, que eu escreveria algum tempo depois do doutoramento.

Mesmo sem a possibilidade de me liberar dos encargos docentes na UnB, concentrei-me no trabalho. Naquele época, disseminava-se o uso de computadores. Comprei um XT de tela verde - feio e vagaroso- e um programa operacional horrível, indicado por Emanuel Araújo, e abandonei a máquina de escrever, o que fez com que fosse possível escrever a tese de doutoramento em cinco penosos e intensos meses. Em agosto de 1991, defendia o título na Unicamp. A banca foi composta por Stella Bresciani (orientadora), Arnaldo Contier, Paulo Sérgio Pinheiro, Alcir Lenharo e Ítalo Tronca. Eu estava realmente exausta, não só pela intensidade do trabalho, das dificuldades domésticas, do peso das aulas, mas pela dura tarefa de tentar apresentar um novo olhar para o período.

Na UnB, os tempos eram de reintegração docente em função da lei de anistia. Vários professores perseguidos e cassados pelo regime militar voltavam à ativa, trazendo outra dinâmica à vida acadêmica. Foi desta época minha aproximação com Emanuel Araújo. Ele e sua esposa, Sônia Lacerda, haviam sido reintegrados ao Departamento de História e quase que imediatamente ele foi convidado a dirigir a Editora da UnB, que se encontrava praticamente desativada. Emanuel trazia consigo a experiência de trabalho no

---

<sup>13</sup> HILTON, Stanley E. *Suástica sobre o Brasil: a história da espionagem alemã no Brasil (1939-1944)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

Arquivo Nacional e passagens como editor da Record e da José Olympio, de onde saíra para voltar à Universidade de Brasília. Depois de um período colocando os contratos e as publicações em dia, Emanuel voltou-se para a reformulação do catálogo de publicações. Sugeriu que eu apresentasse minha tese para análise, uma vez que a Paz e Terra, que tinha aceitado publicá-la, passava por dificuldades. Acabei acatando a sugestão e tive publicado meu primeiro livro pela Editora da Universidade de Brasília: *O mundo da violência: a Polícia na Era Vargas*. Por insistência de Emanuel, o subtítulo o *Estado policial na Era Vargas* foi trocado, algo de que me arrependo até hoje, pois isto tem ressonância na expectativa teórica de leitura.

Quando iniciei a tarefa que daria como fruto a tese de doutorado, a literatura específica da área de humanidades que dava ênfase à questão do totalitarismo, especialmente à estrutura de Estado, à análise sobre o horror que este novo Estado - fundamentalmente antiliberal - havia engendrado e que vinha acompanhada de uma severa crítica política e ética à perda de liberdade do homem e ao extermínio em massa, não havia ainda sido generalizada, mesmo que alguns títulos de Hannah Arendt - bem como os trabalhos de Michel Foucault, Claude Leffort e Cornelius Castoriadis - já estivessem circulando, especialmente na década de 1980 no Brasil. De uma forma geral, eu ainda não tinha clareza, e não via outros historiadores tê-la, DE que o termo totalitarismo tornara-se uma forte arma política do pós Segunda Grande Guerra.<sup>14</sup> Sabia apenas que esta produção sobre o totalitarismo levava a marca e repercutia a postura de pensadores que não se alinhavam com a direita, mas que eram extremamente críticos sobre a realidade soviética, e

---

<sup>14</sup> Embora o termo tenha surgido por volta de meados dos anos 20 com o advento do fascismo italiano, e utilizado pelos próprios fascistas, seu uso foi generalizado apenas após a Segunda Grande Guerra. Primeiramente a concepção mais intelectualizada de totalitarismo foi dada pelo filósofo italiano Gentile, que destacava a ênfase no estatismo, no caráter religioso do fascismo e na assertiva de que o espírito totalitário do fascismo renovaria a Itália, penetrando todas as esferas da vida humana. Havia, no totalitarismo, uma aposta no caráter inovador e não reacionário do regime, uma vez que as mudanças radicais eram seu ponto de partida, e a aposta em um futuro utópico e de transformação das classes em um todo uno, seu ponto de chegada. Neste sentido, um ativismo de Estado, o fim da sociedade civil, o emprego da coerção e da violência e a disseminação de mitos sociais eram seus pressupostos. Pontos de partida que foram retomados na década de 1930 pelo filósofo alemão Carl Schmitt, o chamado jurista do nazismo, que de forma bastante elaborada adotara o princípio "decisionista", cuja explicação de mundo reside na *vontade política que a gera*. Cf.: GLEASON, Abbot. *Totalitarism: The Inner History of The Cold War*, especialmente o primeiro capítulo. Posteriormente, os trabalhos mais relevantes foram o de Hannah Arendt (*As origens do totalitarismo*, 1951); de Carl J. Friedrich (*A ditadura totalitária*, 1957) e Zbigniew K. Brzezinski (*The Permanent Purge: Politics in Soviet Totalitarianism*, 1956). Cf.: BOBBIO, Norbert, MATEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfrancesco. *Dicionário de Política*.

que não hesitaram em utilizar o termo totalitário ao se referirem ao regime de Stalin. O que me marcara nas leituras sobre o totalitarismo, em sua recriação pós-guerra, era o fato de que, assim como me revelava a documentação, digamos, ideológica do governo Vargas, esses regimes possuíam uma profunda consistência lógica, e que o terror tinha um profundo sentido político.

Levando em conta esta premissa de que os regimes possuíam consistência lógica e a crítica à historiografia brasileira - especialmente a negação das premissas contidas no texto sobre a Revolução de 30 de Boris Fausto - é que parti em busca das práticas da polícia nos governo Vargas. Meu enfoque era de que a polícia constituía o braço executivo do regime, com prerrogativas de extermínio da pessoa jurídica do homem comum, substanciada na eficácia de um discurso que preparava o devir de uma grande nação e a profilaxia social e ideológica, via extermínio dos inimigos concretos (comunistas, liberais, estrangeiros, os sem trabalho e os políticos) e via negação do outro. Isto é, meu ponto de partida fundava-se na hipótese de que nos sistemas totalitários tratava-se da ética de si mesmo; uma representação que não é do outro, mas de si, que parte da lógica de si mesmo e que, portanto, não elege o outro como estranho, *unheimlich*: o outro sequer é outro;<sup>15</sup> não deve, ou não precisa, ter existência. Neste sentido, a perplexidade desconcertante com a violência do regime político que pude perceber na literatura de testemunho que foi produzida sobre a época reflete o inconformismo e a incompreensão de parte da humanidade sobre concepções de mundo cuja lógica (e, insisto, sua consistência) não estava absolutamente centrada na ética do outro, mas muito além dela.

Com esta tese, ousada para a época, o livro sobre a Era Vargas ganhou repercussão, especialmente no meio acadêmico que questionava a imagem e a memória que o governo Vargas havia criado sobre si. Nos Estados Unidos, Robert M. Levine, a quem jamais encontrei pessoalmente, publicou uma generosa resenha.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> São instigantes as colocações de Alain Badiou a respeito desta inversão da ética do outro para a ética de si mesmo. Cf. : BADIOU, Alain. La etica: ensayo sobre la conciencia del mal (texto completo) . Disponível em [www.tematika.com](http://www.tematika.com). Acesso em 19 de maio de 2006.

<sup>16</sup> LEVINE, Robert M. Reviewed work(s): *O Mundo da Violência: A Polícia da Era Vargas* by Elizabeth Cancelli. *Luso-Brazilian Review*, Vol. 31, No. 2, Getúlio Vargas and His Legacy (Winter, 1994), pp. 154-155



A chegada dos anistiados políticos no início dos anos 1990 e a recente titulação de vários professores do corpo docente da Universidade de Brasília trouxeram um novo fôlego acadêmico ao Departamento, e resolvi aceitar o encargo de coordenar a pós-graduação de História da UnB, embora fosse uma recém-doutora. Num esforço conjunto com alguns professores, em 1992, reformulamos o programa e o readaptamos às exigências das agências financiadoras, especialmente da CAPES.

A presença de anistiados era enriquecedora, porque, em sua grande maioria, eram constituintes do processo de criação da Universidade de Brasília, que, em âmbito federal, fora a experiência primeira de modernização do ensino universitário brasileiro. É certo que o processo de modernização universitária havia sido influenciado e financiado por fontes norte-americanas, especialmente através de repasses de fundações, como no caso da Ford,<sup>17</sup> mas o projeto e a interferência de Darcy Ribeiro e de Anísio Teixeira no processo de criação haviam trazido a nova esquerda à baila. Um documento feito para o Departamento de Estado, em 1963, que acabei descobrindo em minhas pesquisas recentes, é revelador, em linhas gerais, do diagnóstico que se fazia das universidades brasileiras e latino-americanas e dos pontos que seriam atacados. Diziam neste documento que:

*a) havia um evidente contraste entre a riqueza intelectual, a diversidade e a fertilidade do continente(sic) e o alcance de sua contribuição cultural ao mundo moderno, que é modesto, pouco original e, com poucas exceções, medíocre. Mesmo que haja uma frenética atividade intelectual, não há verdadeira produtividade;b) os estudos são generalizantes e há uso de material de segunda mão. Há dependência externa em relação à Europa e aos Estados Unidos, ausência de trabalho em grupo e de pesquisa sistemática, disputa por posições e reação passiva a padrões de segunda ordem;c) este distanciamento entre atividade e realidade é característico de culturas mal formadas; culturas que são muito mais imitativas do que criativas;d) a América Latina concebe suas universidades como local de preparação de professores;e) as bibliotecas são*

---

<sup>17</sup> CHAVES, Wanderson da Silva. A Fundação Ford e o Departamento de Estado: a experiência no Brasil. São Paulo, USP, tese de doutoramento, mimeo, 2011.

*inadequadas;f) a profissão de professor é pobremente remunerada; g) e, referindo-se à necessidade de uma reforma universitária, diziam que estas instituições anciãs devem ser transformadas em corpos aptos a preparar o Homem para a nova sociedade industrial, já que a criação de uma classe média e o estabelecimento de seus centros de atividade é um dos quesitos urgentes para o melhora da situação dos intelectuais na América Latina.*<sup>18</sup>

Os anistiados, expulsos da UnB nos anos subseqüentes ao golpe de 64, haviam sido profundamente marcados pela crítica ao sistema universitário brasileiro e pelas propostas de modernização do mesmo. Seu retorno marcaria o resgate pela recuperação do projeto inicial de criação dessa universidade mais moderna. Foi neste momento que se travou uma nova luta: os anistiados colocaram-se não só em oposição aos professores que permaneceram aliados ao ex-reitor, o capitão de mar e guerra, José Carlos Azevedo,<sup>19</sup> e de quadros, inclusive de oposição, com baixa qualificação acadêmica.

Assumi a coordenação da pós-graduação, que fora criada em 1976. Readequiei o projeto a diretrizes mais flexíveis, seguindo os fundamentos do Parecer Sucupira, e, mesmo com forte oposição de alguns colegas, criamos o doutorado em História. Era 1992. Fiz ainda o projeto de criação da revista *Textos de História*, da qual fui a primeira editora. Com a existência da revista, pensávamos em trazer à totalidade do corpo de professores a idéia de que era fundamental à vida universitária o diálogo acadêmico através da pesquisa e da publicação. Este conjunto de iniciativas foi um desafio de resistência física para quem não tivera tempo de respirar depois de concluído o doutorado. Meu compromisso era o de implementar a reformulação da pós-graduação e depois disso deixar o cargo para seguir com o trabalho docente e de pesquisa.

Foi, portanto, também naquele ano que iniciei a orientação de alunos de pós-graduação. A orientação de alunos de graduação em iniciação científica viria acontecer em 1996, justamente quando o CNPq estendeu à área de Humanas seu programa de

---

<sup>18</sup> Biblioteca da Universidade de Chicago. IACF Collection, Box 3, series, VI.

<sup>19</sup> José Azevedo foi reitor da UnB entre 1976 e 1985 e responsável, em grande parte, pelo desmonte da Universidade de Brasília, pela expulsão de vários professores e pela contratação de quadro profissional comprometido com o projeto político dos militares.

treinamento através do PIBIC. A verdade, porém, é que essa orientação de graduação sempre havia sido uma prática, razão pela qual sempre mantive na pós alunos oriundos de meu trabalho na graduação.

Dar aulas na graduação e fazer pesquisa haviam sido a tônica de meu trabalho desde que ingressara na UnB, em 1987.<sup>20</sup> Com cursos nas áreas de História do Brasil e História Contemporânea, podia aliar minhas inquietações historiográficas e de pesquisa aos programas de sala de aula. Os interesses de pesquisa voltavam-se agora para um problema que me chamara muito a atenção na tese de doutorado: o circuito internacional das polícias, a repressão ao movimento operário, o anti-comunismo e o antissemitismo. Solicitei uma bolsa ao CNPq e passei três meses, no ano de 1992, em Roma, na Itália, pesquisando. Complementei a investigação com visitas ao Public Record Office, em Londres. Ampliava agora o universo de arquivos, de certa forma uma marca muito forte de minha trajetória profissional.

A preocupação que me movera era a de que, por algum tempo, a produção na área de Humanas, de um forma geral, havia resistido a admitir aquilo que se verificava no transcorrer da história do homem do século XX: a internacionalização do mundo; a definitiva globalização do planeta. Não por homogeneização, mas pela ruptura com um passado histórico de relativo ou absoluto isolamento que trouxe à condição humana atitudes sociais agora modificadas e diferenciadas. Seria impossível estabelecer um marco definitivo para esta transformação que internacionalizou o mundo, mas, sem dúvida, no início do século XX estas transformações começam a aparecer de forma mais clara e transparente, revelando não só a construção de uma humanidade diferenciada, mas de relações diferenciadas entre os homens e entre as nações.

O circuito internacional de polícia na primeira metade do século XX correspondia às práticas sociais de repressão agora internacionalizadas. Tão importante quanto a fuga da população européia para o continente americano, ou quanto a transformação das cidades, essas práticas internacionalizadas estabeleceram um vínculo diferenciado entre nações, a ponto de a troca de informações se transformarem em um amplo circuito e de estabelecerem novos padrões de organização policial, de ação e de

---

<sup>20</sup> Sem contar, é claro, o tempo na Universidade Metodista de Piracicaba, onde eu havia, por um semestre, lecionado Técnicas de Redação para o curso de Comunicação Social, e na Universidade Federal do Mato Grosso.

controle. Esta movimentação repressiva se construiu muito antes do final da Segunda Guerra Mundial, como às vezes se pretende estabelecer, ou em torno de países liberais, de um lado, ou dos assim chamados pertencentes ao grupo dos totalitários ou seus simpatizantes, de outro. Esta espécie de movimento foi muito mais longe do que tradicionalmente a produção historiográfica tendia a acentuar: produziu estratégias extremamente eficazes de operação sobre a população e os assim chamados movimentos de esquerda, tão em evidência nas primeiras décadas do século XX.

Especificar de maneira clara que esta padronização policial não se deu somente após a Segunda Grande Guerra foi muito importante, porque a tendência historiográfica era a de achar que uma espécie de controle global policial só se produziu com a criação da Guerra Fria. Esta tendência acabou por obscurecer definitivamente o tipo de ação e de cooperação que se desenvolvia entre as polícias e as nações. Concluiríamos que a cooperação efetivou-se como meio eficaz e revelador de políticas agressivas, quando não cruéis, direcionadas ao controle de imigrantes, trabalhadores, grandes contingentes populacionais, criminosos, militantes e simpatizantes de esquerda.

Buscar a complexidade deste circuito internacional de polícia na primeira metade do século XX de uma forma mais clara também foi importante para conseguir sepultar a crença de que existia um alinhamento de polícias entre os dois blocos de influência que passam a existir na época: um capitaneado pela Inglaterra e pelos Estados Unidos; o outro, pela Alemanha e pela Itália. Além disso, o resgate de uma complexa rede desmascararia a idéia comum e superficial de que os Estados Unidos desenvolviam uma espécie de hegemonia inequívoca sobre os países da América Latina no que diz respeito aos rumos políticos do continente e aos seus aspectos de controle repressivo e preventivo relacionados à segurança das nações. Equívocos que impediam a reflexão sobre os tipos de padronização de organização e de ação policial que estavam sendo construídos, tanto por cada polícia em particular, como delas como um todo, e o significado destas transformações.

Neste sentido, foi importante observar que, a partir da exportação de capitais e da instalação de fábricas e complexos industriais, passaram a existir, no mundo ocidental, relações de proximidade muito fortes quanto à vida, ao ritmo e à aparência das grandes cidades industriais. Como uma espécie de simbiose entre o belo e o assustador, ou

entre a riqueza, a pobreza e a miséria generalizadas, as cidades industriais assumem um perfil muito similar entre si e entre seus habitantes. As práticas policiais internacionalizadas acompanharam esta proximidade e começaram a intervir muito intensamente em um meio no qual a simbiose entre o belo e o assustador se realizava, embora não se restringissem apenas a ele.

Em 1993, comecei a preparar a solicitação de uma bolsa de produtividade em pesquisa.<sup>21</sup> Novamente o tema estava vinculado a inquietudes decorrentes da tese de doutoramento e de opções teóricas e historiográficas. Agora eu pretendia relacionar a cultura política republicana aos problemas relativos ao espaço urbano, ao crime e ao Direito.

Dispus-me a pesquisar os vários discursos que compuseram a cultura do crime e da lei no Brasil da passagem do século XIX para o XX. Discordava do entendimento historiográfico de que os intelectuais teriam sido alijados da vida pública com o advento da República, mesmo que alguns publicistas e agitadores do movimento republicano tivessem, aparentemente, desaparecido por completo. Ao contrário, atuantes, eles estavam presentes na vida pública, influenciando, decidindo, marcando posições, mas não necessariamente ocupando acento no parlamento. De qualquer forma, nas idéias políticas que desenharam as instituições brasileiras, percebi que a definição de projetos para a construção de uma nação e de suas instituições perpassava questões sobre a essência dos problemas do ser humano e do Brasil. Existiam eixos que demarcavam de forma muito clara os valores éticos e morais, a idéia de sociedade e mesmo a de nação que vinham sendo delineadas.

A intenção do trabalho era, então, a de fazer um exercício de desconstrução dos discursos políticos, especialmente dos bacharéis em Direito, porque, embora eles tenham sido em grande medida a voz da intelectualidade brasileira a este tempo, foram curiosamente silenciados pela historiografia, ou, quando muito, qualificados de "bacharelescos" ou de "sincretistas grosseiros", o que lhes negou as ramificações de pensamento e de construção de uma nova tradição intelectual, cultural, jurídica e política no

---

<sup>21</sup> Na época não era esta a denominação deste tipo de fomento.

Brasil. Aproximações com Ricoeur e Derrida foram inevitáveis para pensar a documentação.

Outro eixo de inquietação ainda informava meu trabalho de pesquisa. Eram as transposições de conceitos formulados por Foucault e de E.P. Thompson que vinham acontecendo na bibliografia sobre o período da Primeira República. Do meu ponto de vista, elas vinham sendo feitas sem mediações históricas ou conceituais mais refinadas de compreensão, especialmente no que concerne à medicalização, à patologização social e a certa normatização pela ideologia do trabalho.

Ao mesmo tempo em que iniciava esta pesquisa, que seria financiada pelo CNPq, e que resultaria na publicação do livro *A cultura do crime e da lei no Brasil*, me atormentava o fato de que não havia trabalhado ainda o material inédito que encontrara nos últimos dias de minha pesquisa em Washington para a tese de doutorado. Era uma documentação inédita, um material do FBI sobre os passaportes falsos de Harry Berger, ou Arthur Ewert e Elise Ewert, ambos envolvidos no golpe que o Partido Comunista organizara no Brasil em novembro de 1935. A documentação, bastante pobre, mas reveladora, era formada por uma série de ofícios, telegramas e relatórios que o FBI produzira para si e para o Departamento de Estado. Um acervo que permitiria não só rastrear a Nova York da época, mas tecer a rede do Partido Comunista nos Estados Unidos e fora dele, assim como o tipo de trabalho desenvolvido pelo FBI em conexão com o governo brasileiro e sua polícia: a de Getúlio Vargas e Filinto Müller.

Eu havia voltado aos Estados Unidos com a finalidade de pesquisar um pouco mais o assunto. A estada em Washington e em Nova York me fez amadurecer as idéias sobre história e narrativa que vinha desenvolvendo, especialmente sobre as reflexões de Paul Ricoeur. Decidi seguir aquilo que a própria documentação me sugeria, escrevi o livro utilizando técnicas de narrativa policial.

Nos Estados Unidos, uma longa estada com a professora Martha Huggins e seu marido, Malcolm Willison, fez com que eu fosse introduzida ao mundo político de esquerda dos anos 30 em Nova York e à literatura sobre a cidade. Definitivamente esta aproximação fora fundamental.

Conheci Martha Huggins, por indicação de Paulo Sérgio Pinheiro, um dia depois de minha defesa de doutorado. Martha passava um tempo como visitante no Núcleo

de Violência da USP e, com o número de telefone que Paulo Sérgio me dera, marcamos um encontro de almoço. Desde então, nossas trocas profissionais e pessoais tornar-se-iam intensas. Neste período, nos Estados Unidos, Malcolm Willison me apresentou a sua mãe, uma intelectual de esquerda que, com seu marido, fizera parte do círculo de escritores da esquerda novaiorquina, engajados no *Federal Writer's Project*, um projeto do governo norte-americano durante a Depressão<sup>22</sup> que visava garantir trabalho a escritores e intelectuais na produção de textos sobre história local, história oral, etnografias e livros infantis, todos direcionados à história e à cultura. O casal havia feito parte do grupo de Nova York ligado ao movimento dos trabalhadores. Foi uma conversa longuíssima e as sugestões, depoimentos e observações foram fundamentais para meu livro. Mergulhei no trabalho na Biblioteca de Nova York.

Escrevi o texto na cidade de São Paulo, em julho de 1995, quando fazia meu pós-doutoramento na Unicamp e dava continuidade à pesquisa sobre a cultura do crime e da lei. Mais do que a sensação de ter finalmente me debruçado sobre o material encontrado, a escolha de desenvolver um texto com narrativa policial foi um prazer. Reli tudo que podia de Dashiell Hammet.

O ano de pós-doutorado deu-me certa trégua. O regime de trabalho da UnB em dedicação exclusiva exigia duas disciplinas por semestre. O que era cumprido, religiosamente. Por esta época, iniciei uma parceria nas aulas de pós-graduação com Tereza Christina Kirschner. Organizamos um curso sobre os pensadores autoritários do Brasil dos anos 1920 e 1930 e outro sobre a Escola de Frankfurt. A experiência viria a se repetir, com cursos sobre Hannah Arendt, depois Norbert Elias.

Passaria agora um tempo na cidade de São Paulo já com quatro dissertações de mestrado defendidas, todas elas relacionadas com minhas pesquisas e com as aulas de graduação, já que nosso projeto acadêmico de reformulação havia integrado a graduação e a pós-graduação. As dissertações defendidas até então versaram sobre *Caftens e polacas: a estigmatização do judeu como flagelo social* (Getúlio Nascentes da Cunha); *Cotidiano e polícia: a vida social e a intervenção policial durante a construção de Brasília* (1956-1960) (Paula Francinete da Silva); *A construção do silêncio: o caso Amilcar Lobo e a*

---

<sup>22</sup> Um programa do New Deal.

*psicanálise*(José Luiz de Andrade Franco); *A informação agrícola na época de Getúlio Vargas: o Serviço de Informação agrícola* (Beatriz Coelho Caiado).

Aquele ano de 1995 foi particularmente proveitoso. Desde 1991 estava sendo ativado o grupo de pesquisa História e Linguagens Políticas: Razão, Sentimentos e Sensibilidades na Unicamp, do qual eu fazia parte. O grupo, desde seu início, reunia pesquisadores interessados nas diferentes linguagens pelas quais as ações políticas se expressam. Definiu-se como em busca do equacionamento de conceitos, colocando-os em relação a representações constitutivas do imaginário coletivo, com o pressuposto da indissolubilidade da relação teoria e prática, além de investigar os recursos retóricos agenciados e que permitem a essas linguagens se deslocarem do domínio da racionalidade para o da sensibilidade em busca de argumentos de convencimento e de persuasão. A busca pelos componentes da memória e do esquecimento que constituem elementos de análise e compreensão dos acontecimentos históricos e das ações humanas também marca os estudos desse grupo desde sua fundação.

Inicialmente éramos poucos. Maria Stella Bresciani e Jacy Seixas haviam tido a idéia de congregar acadêmicos franceses e brasileiros em torno deste projeto. O grupo era essencialmente multidisciplinar. Dando prosseguimento ao trabalho, em 1994 foi organizado um colóquio na Unicamp do qual fizeram parte Pierre Ansart, Stella Bresciani, Claudine Haroche, Jacy Alves Seixas, Eugène Enriquez, Vavy Pacheco Borges, André-Marcel d'Ans, Maria Helena Capelato, Marionilde B. Magalhães, Márcia C. Naxara, Izabel Marson, Maria de Lourdes Lyra e eu. Este seria apenas o primeiro de uma série de colóquios internacionais, todos eles publicados em forma de livro, que o grupo organizaria, além, é claro, dos vários encontros semestrais que mantivemos, em sextas-feiras, desde este tempo, ininterruptamente.<sup>23</sup>

Foi entusiasmante o pós-doutorado porque alargava as possibilidades de parceria e diálogo acadêmico. Com licença e bolsa, minha situação mostrou-se privilegiada: dedicar-me-ia a dois livros ao mesmo tempo. Sem encargos didáticos por um

---

<sup>23</sup> Hoje o grupo cresceu e é composto por: Cristina R. Lopreato (UFU), Claudine Haroche (CRNS), Cyntia M. Campos (UFSC), Daniel Barbosa Faria (UNB), Edgar S. De Decca (Unicamp), Elizabeth Cancelli (USP), Iara Lins (Unicamp), Jacy A. Seixas (UFU), Jeferson J. Queller (UFOP); José Alves Freitas Netto (Unicamp), Joseane Cesaroli (UFU), Karla A. M. Bessa (Unicamp), Marionilde B. Magalhães (UFPR), Marisa V. T. Carpintéro, Myriam Bahia Lopes (UFMG), Vavy Borges (Unicamp) e Viginia C. Camilotti (Unimep).



ano, que não os de orientação, eu poderia discutir praticamente *full time* com um grupo atento: isto era um privilégio. A volta a São Paulo me trazia um conforto acadêmico: tranquilidade para escrever, pesquisar os jornais paulistas da primeira República, utilizando os recentes scanners de mão que havia adquirido, e companhia para discutir.

Infelizmente em torno do mês de outubro se impôs a necessidade de uma volta a Porto Alegre, em caráter emergencial e por motivos familiares. A partir dali comecei a tramitar os papéis necessários para uma cedência temporária à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que se estendeu do início de 1996 até meados de 1997. Quando cessaram os motivos para minha estada, regressei à UnB.

O período de retorno a Porto Alegre foi rápido, mas interessante. Em primeiro lugar, retomava o convívio cotidiano com meus pais e minha única irmã. Ela, seis anos mais velha que eu, e arquiteta, não só fora responsável pela leitura de muita literatura de qualidade em minha vida, como fazia com que eu mantivesse muita familiaridade com a arquitetura, o urbanismo e a arte. Uma cumplicidade que vinha dos tempos em que eu, ainda uma fedelha, vibrava com as suas experiências nas passeatas estudantis e com as festas na Faculdade de Arquitetura, que, de alguma forma, conseguia frequentar quase sempre com a desculpa de pegar uma carona de carro para casa.

A UFRGS já havia aderido à proposta do Ministério da Educação de adotar turnos de estudo nas universidades para atender à demanda de mercado. Recém chegada, fui escalada para dar aulas de História Econômica, Política e Social do Brasil no curso noturno de Ciências Sociais, além de História do Brasil República no diurno. Montei meu curso nas Ciências Sociais iniciando por Brasil Colônia. Isto me possibilitou ficar em dia com a literatura e os debates entre historiadores do período, que se acirravam de maneira candente. Em Porto Alegre, revi antigos professores e estabeleci novos contatos acadêmicos, especialmente com colegas da PUC, envolvidos com o mesmo tipo de preocupação teórica e de pesquisa, e com os quais iniciaria uma parceria mais ativa nas discussões sobre memória, história e testemunho.

Um episódio nesta estada me foi muito marcante. Como havia publicado um artigo chamado *Para esconder a memória do anti-semitismo* no primeiro número da *Textos de História*, recebi convite para dar uma palestra no Círculo Israelita, localizado no Bairro Bonfim, onde eu nascera, meu pai tivera casa de negócios e onde ainda morava a maior

parte da comunidade judaica de Porto Alegre. Foi surpreendente ver na platéia rostos que me eram tão familiares, a mim e a minha família.

O artigo sobre o antissemitismo, de forma indireta, me traria de volta, através daqueles daquela gente familiar, a cidade cosmopolita que eu havia conhecido. Assim como era a Porto Alegre dos anos 70, cheia de grupos de teatro, cinema e rock, apresentações musicais, línguas diversas faladas nas ruas: castelhano, iídiche, alemão, italiano e o diferenciado sotaque dos portugueses. Uma Porto Alegre diferente daquela que encontrava nos anos 90: encerrada em si mesma e preocupada em acentuar seu regionalismo e seu gauchismo identitário.

De qualquer forma, a experiência do retorno teve repercussões acadêmicas, não apenas no que diz respeito às novas parcerias, mas pelo fato de que me dava conta que não tinha, por exemplo, como lembrar a primeira vez em que fui a uma sessão de cinema ou assisti a um programa de televisão. Fazia e faço parte de parcela da humanidade contemporânea que foi envolvida pela força das imagens. Cinema, televisão, fotos jornalísticas. Cresci com elas e com esta diversidade de gente.

Pensava em minha condição na cidade em que havia nascido e crescido. Na memória, guardava ainda os tumultos na praça da Prefeitura e as botas dos soldados em marcha nas ruas de meu bairro, o Menino Deus, como flashes cinematográficos e com enquadramento fotográfico. Foi assim que os construí. Tudo em recortes e *flashes*. Em branco e preto: não havia televisão colorida na época. Tinha seis anos na campanha da legalidade e oito quando aconteceu o golpe de 1964, mas, na memória, não guardo distinção entre um e outro. Não sei se o rosto de Brizola que trago na lembrança, com seu bigode fino e *démodé*, construí na época ou depois. Não importa. Dava-me conta de que havia crescido em meio a uma modernidade conservadora, rodeada ao mesmo tempo de figuras políticas com aparência *démodé* e de quartéis, passeatas, filmes de Hollywood, heróis de revistas em quadrinho. Sussurros sobre livros proibidos. Gente presa e desaparecida. Jazz e rock. Coca cola, discos *long play*, tropicalismo, calças Lee, bonde e avião, judeus com inscrições nos braços, colegas de sala de aula filhos de imigrantes ..... Era e sou filha da ditadura e do pós-guerra. Minha vida, minha profissão e minha trajetória pessoal e intelectual foram marcadas pela política, não a partidária, mas a cultural. Vivi lá e cá. Entre a transgressão e a repressão, numa espécie de entrelugar repleto de

ambivalências discursivas. Numa espécie de hibridismo pós-moderno, pertencente e não pertencente a um lugar. Descendente de estrangeiros, marcada pelo internacionalismo da língua materna, o alemão, e pelo bombardeamento cultural do pós-colonialismo *yankee*. Fui reinscrita no internacionalismo e no meu próprio país. Sofri o deslocamento e a disjunção de uma modernidade que se avizinhou de outra forma: fui estudar nos Estados Unidos, vim estudar em São Paulo. Morava na capital da República: havia saído do sul do mundo. E acabaria tendo que entender tudo isto.

De volta à UnB em 1997, retomei a vida acadêmica em sua plenitude, agora sozinha. No período que estivera ausente, havia publicado um artigo sobre o suicídio de Vargas que, de certa forma, apaziguou minhas lembranças sobre a mensagem de Vargas que meu avô, pendurava na parede da sala de jantar. Em *Vargas, a paixão de um suicídio: o irracional e a magia do ato*, busquei Freud e Durkheim para entender um pouco da magia, da fascinação de que se revestiu o ato simbólico, o do suicídio heróico, que pune a outrem pela indução da culpa; hostiliza, já que por outros meios de agressão isto não foi possível; e que, na vontade da revanche, introduz a culpa e o remorso, que excede o desejo de viver. Estava virada esta página.

Além das quatro dissertações concluídas por alunos quando fui fazer o pós-doutoramento, o número de trabalhos de pós-graduação que orientei exemplifica a intensidade do trabalho, haja visto, inclusive, que o programa da UnB era pequeno: não mais de dez vagas anuais. Neste intervalo de tempo, foram mais oito trabalhos de mestrado e seis de doutorado orientados até chegar o ano de 2005: *Segurança nacional e desenvolvimento global: Segurança nacional em Golbery do Couto e Silva* (Walter Marcos Birkner, mestrado); *Sob o signo do perigo: o estatuto dos jovens no século da criança e dos adolescentes* (Rosana Ulhoa Botelho, doutorado); *O modernismo que se tornou romântico: literatura, política e brasilidade* (Daniel de Andrade Faria, mestrado); *As noites do Rio: prazer e poder no Rio de Janeiro (1889-1930)* (Getúlio Nascentes da Cunha, doutorado); *Poética, política e poder: a emergência da etnografia brasileira no século XIX* (Carlos Henrique Romão de Siqueira, mestrado); *Medicina e sociedade no Brasil: a teoria microbiana em questão (1860-1890)* (Rosa Helena de Santana Girão de Moraes, mestrado); *Comunismo internacional, repressão e intervencionismo nos governos Dutra e Vargas (1945-1954)* (Roberto Batista Júnior, mestrado); *Contravenção e ascensão social: um*

*estudo da repressão ao Jogo do Bicho do Rio de Janeiro na Primeira República* (José Luiz Villar Mella, doutorado); *Capital, cerveja e consumo de massa: a trajetória da Brahma* (Teresa Cristina de Novaes Marques); *Amásio Mazzaropi e a representação caipira* (Mirim Silvestre Limeira, mestrado); *A construção do conceito de ordem pública nas políticas de segurança dos distritos federais no Brasil e México (1980-2005)* (Cristina Maria Zackseski, doutorado); *A alegoria patriarcal: a linguagem da escravidão no Brasil e nos Estados Unidos* (Carlos Henrique Romão, doutorado).

No computo geral, orientei 18 trabalhos de pós-graduação na UnB.

A volta à capital da República significava retomar a pós-graduação, a iniciação científica, os projetos de pesquisa e o engajamento com a vida acadêmica em sua plenitude, fora e dentro da Universidade. Retomei também minha participação nos conselhos superiores da UnB. A participação no Conselho Universitário e no Conselho de Ensino, Pesquisa e Pós-graduação e em suas diversas comissões me fizeram entender a dinâmica, a política e a vida universitária brasileira de forma mais profunda.

A partir de 1997, participei ativamente de vários projetos acadêmicos. Um deles dizia respeito às mudanças no ensino universitário de graduação e à implementação das novas diretrizes curriculares. Fui indicada pela UnB como representante da área de História no MEC, e acabei compondo, com Ciro Flamarion Cardoso e Margareth Rago, o Comitê de História que deveria encaminhar as discussões de mudança e o fim do currículo mínimo. Trabalhei nesta questão entre 1998 e 2000. Articulamos-nos com a ANPUH nacional e tentamos fazer um trabalho que correspondesse às expectativas da comunidade acadêmica. Terminei meu mandato sem que as acaloradas discussões no MEC tivessem chegado a um acordo, até porque as propostas que estavam sendo implementadas iam de encontro ao entendimento que tínhamos sobre as opções de mudança nos cursos de graduação, seja em torno das diretrizes propriamente ditas, seja da carga horária mínima, das disciplinas pedagógicas, dos conteúdos, do Provão e da condução que o MEC estava dando à questão universitária. Saímos um tanto indignados.

De dois em dois anos, Martha Huggins vinha em viagem de trabalho ao Brasil. Sempre nos encontrávamos para trocar idéias e experiências. Havíamos começado a discutir em 1991 a necessidade de aproximar pesquisadores brasileiros e norte-americanos,

preocupadas que estávamos com a diminuição do intercâmbio e com a baixa de interesse acadêmico no Brasil nos anos 1990. Fomos surpreendidas com a criação da Brasa em 94, instituição a qual me filiei em 1996, e da qual participo até hoje. Em 1999 dei um curso para estudantes do Union College, a convite de Huggins.

A cada dois anos, pelos estatutos da UnB, podíamos solicitar, por julgamento de mérito, ao Conselho de Ensino e Pesquisa e Pós-graduação a progressão na carreira. Em 1999 eu atingira o teto antes do titular: era Professor Adjunto IV.

Continuei sendo, ininterruptamente, desde meu pedido logo depois do doutorado, pesquisadora do CNPq. Solicitaria agora financiamento de pesquisa para um novo livro: a prisão do Carandiru.

Era um trabalho sistemático de juntar fontes esparsas, fazer anotações e tentar responder algumas questões que estavam sendo colocadas ao longo de trabalhos já desenvolvidos anteriormente. Pretendia avançar na pesquisa e perseguir a revisão que a justiça brasileira começou a fazer, no final do século XIX e início do XX, imprimindo novas visões e conceitos à questão dos crimes e criminosos, à legislação e ao ideário positivista e clássico do Direito no Brasil. Neste sentido, o Carandiru, a única prisão no Brasil adaptada ao Código Penal de 1890, era o lugar por excelência para tentar entender as ações repressivas desenvolvidas e constituintes do novo inventário ético construído pela Escola Positiva do Direito em uma de suas formulações básicas: seus princípios punitivos.

O ponto fundamental que me guiava era o de que, inaugurado em 1920, o Carandiru constituiu-se como referência nacional, e algumas vezes internacional, no que tange a sua modernidade e a sua adequação ao sistema punitivo que vinha já sendo desenhado e que encontrava uma espécie de radicalização nas formas de aplicação na medida em que os princípios da Escola Positiva de Direito se expandiam no Brasil. As penas, além do preço e do julgamento negativo que a sociedade dava ao ato criminoso, existiam no interior da prisão pela exclusão do indivíduo do mundo, e passavam, sob os auspícios da Escola Positiva, a construir uma moralidade e um sistema de identificação criminal que tornariam a prisão uma espécie de hospital laboratório.

Inicialmente foram as prisões, logo após o advento da República, os grandes laboratórios dos serviços de identificação que, num primeiro momento, eram unicamente criminais. Em São Paulo, todos os presos da Cadeia, desde gatunos a desordeiros,

passando por sentenciados e processados, foram mensurados e anotados os seus “caracteres individuais, indelévels e imutáveis”. Posteriormente a iniciativa também atingiu a todos aqueles que davam entrada nas prisões. Tais medidas foram intensificadas, e a reorganização da Secretaria de Segurança, em 1910, juntamente com as modificações introduzidas nos serviços policiais, em 1912, só aumentaram a ênfase dada aos serviços de identificação e estatística, bem como aos serviços de Antropologia e de fotografia e à obrigatoriedade de identificação dos presos. Sistematizavam-se assim os métodos de identificação, investigação e apoio médico-judiciário.

As prisões converteram-se naturalmente em grandes laboratórios para os criminologistas. E é sobre este laboratório e o papel da psiquiatria associada a ele que trata este livro.

Ao contrário dos três livros anteriores que publiquei, a repercussão de *Carandiru: a prisão, o psiquiatra e o preso* não foi o que eu esperava. Talvez abafada pelo livro de Dráuzio Varella que saiu antes que eu finalizasse a escrita da pesquisa; talvez porque o impactante sobre o Carandiru não seja a prisão, de que se trata o trabalho, mas a Detenção. Enfim, o livro ficou restrito à circulação entre especialistas na área e não ganhou o grande público.

Seguindo um mesmo caminho de análise e preocupada em trazer profissionais de várias áreas ao debate, organizei o que viria a ser o livro *Histórias de violência, crime e lei no Brasil*.

Por esta época, início dos anos 2000, fui profundamente marcada pelas discussões em torno da interdisciplinaridade. No que diz respeito ao encaminhamento que o MEC estava dando – seja na graduação ou na pós-graduação –, parecia-me evidente que uma visão muito estreita sobre disciplinas e saber universitário, bem como um abandono das Humanidades, estava acontecendo. Ao mesmo tempo em que era esta a postura genericamente adotada no Brasil, na Europa a discussão caminhava em outro sentido, especialmente coroada com o encontro de Locardo<sup>24</sup>, em 1997. Em minha opinião, deveríamos questionar profundamente o modelo empobrecido de ensino norte-americano que estávamos adotando depois da reforma universitária de 1968 e que estava sendo

---

<sup>24</sup> Locardo, Suíça, 30 de abril a 02 de maio de 1997; "Que Universidade para o amanhã?" Em busca de uma evolução transdisciplinar da Universidade. Projeto CIRET-UNESCO, Evolução transdisciplinar da Universidade (Congresso de Locardo), Síntese do documento, 1997.

aprofundado de uma maneira radical neste final dos anos 1990 pelas políticas do MEC, e que vinha de encontro às melhores experiências pedagógicas que eu havia recebido.

Minhas preocupações estavam assentadas na importância da preservação da Universidade como lugar de cultura, de arte, de espiritualidade e de vida, como bem sugerido no Congresso Internacional de Locardo. Eu questionava, nesse sentido, um projeto universitário dirigido ao mercado e à prestação de serviços, preparador de mão-de-obra especializada ou repassador de conhecimento temporal e centrado na produtividade taylorista.

Acreditava, e continuo a ter esta convicção, que a divisão dos saberes e a proliferação disciplinar, como especialização sem limites, impuseram e impõem uma série de problemas no que diz respeito à complexa formulação científica da modernidade e a sua correspondência em relação à fragmentação do homem contemporâneo. Se a interdisciplinaridade se impõe como transgressora das fronteiras epistemológicas, o que se exige, por definição, de um profissional é uma sólida formação teórica, no sentido de que, para romper paradigmas, é necessário conhecê-los a fundo. Por isso, a lógica de um sistema que não preserva esta sólida formação teórica é a de que qualquer esforço interdisciplinar, por exemplo, não passará, a bem da verdade, de mera busca de auxílio instrumental para a solução de problemas específicos. Portanto, não há aí tentativa de transgressão das fronteiras epistemológicas.

Como historiadora, minha posição era de certa tranquilidade em relação a esta tendência perversa, haja vista o avanço teórico e conceitual da disciplina de História nas últimas décadas e de suas possibilidades de discussão e construção interdisciplinar. Resolvi apostar num esforço interdisciplinar no sentido de ampliar meus horizontes intelectuais e profissionais. Certamente alguns cargos que havia ocupado e tarefas que havia desenvolvido, como o de coordenadora Geral da Pós-graduação e do PIBIC da UnB, me fizeram ter certa visão de conjunto e me prepararam para enfrentar novos desafios. Entre vários colegas começamos a discutir a possibilidade de criar um Centro de Humanidades na UnB.

Neste meio tempo, Ruth Gauer, da PUC do Rio Grande do Sul, e eu acabaríamos organizando o livro *Sobre Interdisciplinaridade*. A organização do que viria a

ser o livro *Histórias de violência, crime e lei no Brasil*, cuja participação não estava restrita a profissionais de História, seguiu este mesmo rastro.

Mas foi no ano de 2000 que fui incitada a aceitar um novo desafio acadêmico. No Departamento de História havíamos sido surpreendidos pelo súbito falecimento de Emanuel Araújo. Geralda Dias, Janaina Amado e Sônia Lacerda estavam prestes a se aposentar. Eu estava perdendo a maior parte de meus interlocutores e não me reconhecia mais na proposta acadêmica do Departamento de História da UnB. Nosso grupo de sonhadores havia sido derrotado. Decidi pedir nova lotação na UnB e transferir-me para o Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre a América Latina e o Caribe (CEPPAC).

O Centro havia sido aberto com um programa de doutorado na segunda metade da década de 1980, em um convênio com a FLACSO (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais). Nasceu como um projeto interdisciplinar, ligado diretamente à Reitoria e ao reitor Cristovam Buarque, mas que, com o tempo e o rompimento com a FLACSO, perdera suas características. A maior parte de seu corpo docente estava agora ligado ao Instituto de Ciências Sociais (Antropologia e Sociologia). O desafio era reviver o Programa e re-agrupar o corpo docente. Assumi a vice-direção, por um ano, e posteriormente a direção, até meados de 2004, concomitantemente com a coordenação de pós-graduação. Reorganizamos o CEPPAC, que passou a se chamar Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas, aumentamos seu corpo docente e incorporamos historiadores, psicanalistas, politólogos. Além disso, criamos um mestrado. A mudança de nome era fundamental, pois abandonava o princípio cepalino que havia inspirado a própria criação da FLACSO. Órgão vinculado à UNESCO, a FLACSO foi criada em 1957 e centrada estrategicamente na formação de profissionais de alto nível com vistas às políticas de desenvolvimentismo que estavam sendo implementadas no período da Guerra Fria. Na direção de estudos à América Latina e ao Caribe estava implícita a semântica conceitual de uma tipologia que conferiu ao longo dos dois últimos séculos, e que foi agudizada no pós-Segunda Guerra, o caráter de oposições negativas para estes lugares. Neste sentido, havia-se criado uma complicada idéia de unidade linguística, racial e histórica, da qual não podia compartilhar. Pensar o continente americano fez afastar-me deste legado.

Em meio à mudança para o CEPPAC, redirecionei meu enfoque de estudos e comecei a pensar o Brasil no continente americano, até porque era fundamental sustentar



teoricamente a ruptura com o visar desenvolvimentista e com os pressupostos da teoria da dependência.

Três trabalhos que produzi foram os mais emblemáticos deste período. No primeiro deles, *América do desejo, pesadelo, exotismo e sonho*, procuro mostrar como as várias construções sobre a América, o Novo Mundo, encerram, de uma forma geral, projeções que poderiam ser circunscritas sob um eixo principal: o do desejo. Mas de um desejo que se projeta primeiro em sonho, depois em exotismo e pesadelo. À primeira vista, estes componentes de projeção que perfazem esta vontade de possuir - a utopia - poderiam ser tidos como antagonísticos entre si. Com ser sonho e pesadelo, realidade de uma terra alcançada, e exotismo ao mesmo tempo? Complexas, estas construções projetivas da América encerram um dos princípios primários do comportamento humano, veneração e horror ao mesmo tempo: *totem e tabu*, como na teoria de Freud.

Assim, longe de se constituírem como um todo antagonístico, estas três projeções complementam-se e fundem-se como um amálgama indissolúvel. O desejo, sob o qual todas elas se agrupam, manifesta a vontade de possuir. Tem o significado do totem. Uma projeção de prazer que o continente descoberto exercia enquanto foco de atração irresistível para a aventura, para a riqueza e para a lascívia. Uma busca de liberdade perante o suplício da Europa miserável e autoritária - daí o sonho, a utopia, a projeção no futuro. Mas também um pesadelo, não pela razão que queria Leopoldo Zea ao qualificá-la como fruto do demônio aos olhos do recente conquistador seiscentista, mas porque mais e mais a América, ao longo dos séculos, ou mais especificamente a América Latina, se construiu, ao invés da utopia paradisíaca, como o lugar da dificuldade, da pobreza e da miséria, onde sonhos se transformaram em pesadelos, onde se reproduziam e se criavam novos horrores europeus: uma América da (des)ilusão; uma América que se construiu enquanto estranhamento, enquanto exótico, não mais enquanto utopia. Se a utopia pressupunha a razão, ou seja, a libertação do ódio e das agruras européias, esta América era lida cada vez mais como o antídoto da razão e da vontade. Por isso, sobre os que passaram a ser chamados de párias americanos (os seus habitantes) e sobre este exotismo enquanto diferença, se reservaram construções políticas que não a viam e não a veem como Novo Mundo, já que o novo deveria carregar em si a idéia de recomeço, ou mesmo de simbiose e de extensão em relação ao Velho Mundo; ao invés disto, construiu-se algo que se

constituiria no imaginário destas construções políticas como a América enquanto representativa do verdadeiramente velho, no sentido de ultrapassado, de pesadelo, de estranhamento, de antiparadisiáco. Neste sentido, monto um percurso que traz a esta discussão de intelectuais brasileiros que se detiveram sobre o dilema da construção das identidades nacionais, do nacionalismo e do legado cultural do colonialismo como fatores provocativos deste sentido de estranhamento: a construção de uma América como sinônimo de atraso.

O segundo trabalho foi *Pensando a América: de Thomas More a Hannah Arendt, em nome da virtude, da política e de Deus*. Nele, aponto como Alexis de Tocqueville, em seu livro *Democracia na América*, retoma postulações introduzidas por Thomas More, acreditando no princípio moral na e para a virtude cívica. Postula-se, por isso, como um dos mais importantes "moralizadores" modernos ao estabelecer a continuidade entre moral privada e moral pública: uma compreensão moderna da virtude, onde há direto entrelaçamento entre a questão social e a virtude e entre esta e o espírito religioso. Uma virtude que, por princípio, depende tanto da fé como do labor. O acesso à terra e à inexistência de grandes riquezas nos Estados Unidos é que teriam tornado possível a harmonização de interesses através da fé. Diferente do mundo dos oligarcas fundados por espanhóis, segundo ele, os Estados Unidos erguia-se como uma sociedade em que o valor não era a riqueza, em que os ricos são soberanos e os pobres não participam. Em consonância com os princípios da fé, portanto, e com acesso livre à riqueza, os norte-americanos teriam tido as bases ideais para poder criar um sistema político que garantisse o exercício da democracia política. Uma realização utópica para a complexidade do mundo contemporâneo.

Nesse sentido, a colonização da América passou a ser lida ao longo da história, particularmente depois da obra de Tocqueville, como se estivesse restrita unicamente aos Estados Unidos, lugar que conseguira significar a projeção utópica de um mundo fundado em valores e virtudes morais distintos dos da América Latina. O puritanismo dos colonizadores traria em si a contraposição necessária aos princípios decadentes do catolicismo que haviam influenciado uma espécie de frouxidão latino-americana no que tange à idéia de bem cuidar dos negócios públicos. Esta é uma espécie de contradição em termos do que a opção pela república secular significa, na medida em que os norte-

americanos conservaram muito depois do início revolucionário, não só através da retórica, a necessidade de conservação de princípios religiosos como garantia da virtude cívica. Sem aderir a qualquer tipo de sincretismo religioso, a projeção que os norte-americanos criaram sobre si mesmo os levava à continuidade de uma leitura negativa sobre o restante dos habitantes do Novo Continente, instrumentalizada para justificar o estender da realidade utópica a outros territórios. Daí a justificativa do bem (God), representada pela república norte-americana, contra o mal (Evil), os outros, tornar-se a inversão drástica de uma Revolução que, em seu princípio, não estava calcada na bondade natural de um povo, embora tivesse contado com ela, mas que havia se comprometido com a implantação da liberdade e de instituições duradouras. A felicidade pública de que fala Hannah Arendt, portanto, em seu *Da Revolução*, pressupunha que os norte-americanos guardariam o saber de que "a liberdade pública consistia em haver participação na gestão pública, e que as atividades ligadas a essa gestão não constituíam, de forma alguma, um ônus, mas davam àqueles que as exerciam em público um sentimento de felicidade que não usufruíam em nenhum outro lugar".

Esta vida diferenciada no Novo Continente elegia, assim, para os Estados Unidos, vários dos pressupostos da utopia como fundantes de uma nova vida. O espírito da vida comunitária em prol do bem comum era o pressuposto para a felicidade pública e privada também, daí o direito "à vida, à liberdade e à propriedade". Mas ia além, na medida em que construía para os norte-americanos a nítida noção de que sua organização política era igualmente uma espécie de ilha utopiana, reino da felicidade e, portanto, da liberdade, segundo seus pressupostos, só que não em lugar nenhum, como idealizara More, mas numa projeção de América como o lugar do realizável em contraponto ao Velho e ao restante do Novo Mundo. O lugar, por excelência, dos direitos cívicos no interior do corpo político. O lugar, por excelência, de um isolacionismo ao estilo utopiniano, fomentando a intolerância em um surpreendente e novíssimo modo de estender seus domínios políticos, primeiro por sobre o continente americano, no início do século, e depois sobre o restante do globo. Uma expansão salvaguardada na crença de que, portadores da verdadeira virtude, caberia a eles preservar, em nome desta virtude e de Deus, os caminhos da Humanidade.

O terceiro desses trabalhos em que ponho em questão pressupostos das teorias desenvolvimentistas e da dependência encontrou eco nas telas do cinema, através de uma

das críticas mais criativas e inteligentes que tive a oportunidade de conhecer no que diz respeito à leitura tocquevilleana dos Estados Unidos - e não é por acaso que Tocqueville tornar-se-ia o livro de cabeceira do conservadorismo norte-americano. Em *O mal estar na política e Dogville*, reflito sobre o desencanto do mundo dos homens, sobre o mal estar na política como lugar da liberdade, da cidadania, do espaço público, a partir do filme de Lars Von Trier.

No filme, há uma profunda crítica na escolha política de que princípios morais devam ser fundantes da esfera pública. Aliás, o esforço do filme é analisar como os rígidos princípios morais conduzem uma sociedade à intolerância, ao ressentimento e à violência, justamente porque não estão mediados pela escolha (*will*), mas pelo desejo ou pela paixão. Não há, desta forma, existência política baseada na pluralidade do pensar, ou melhor, na procura dos significados, e na vontade (*will*), uma vez que o que pode se manifestar na esfera pública está circunscrito ao que se pode crer. Pensamento e questionamento estão limitados à indignação virtuosa e à moral, contrapostos à política, e, por isso, prontos apenas para confundi-la, além de restritos à esfera do desejo. Em *Dogville*, onde se faz da felicidade o sentido da existência pública (a busca do prazer da existência), a ação se desenvolve tendo como premissa o estranhamento e, através dele, uma espécie de indignação virtuosa, nos moldes do que o próprio filme anuncia: a aceitação do estoicismo (Grace dá aulas de estoicismo às crianças, atendendo à demanda da mãe) enquanto assunção do pressuposto filosófico de que a imperturbabilidade, a extirpação das paixões e a aceitação do destino são as marcas do homem sábio, apto à verdadeira felicidade: rigidez de princípios morais e resignação. A felicidade está assim circunscrita à virtude dos princípios fundadores: religião, comunhão e honestidade. Há aí um desmascaramento da arrogância dos virtuosos: daqueles que legitimaram, em nome da felicidade, de uma comunidade, da verdade e de Deus, o que deva ser a esfera pública. Daqueles que evangelizaram a política e que, por isso, retiraram dela o princípio da liberdade, tomando para si, e somente para si, o direito de ser legítimo. Em resumo, transformam a esfera pública num palco fecundo de irresistibilidade em busca do gozo. Muito além do prazer; um verdadeiro mal estar para a política.

Como fiz desde o início de minha carreira acadêmica, os cursos ministrados acompanharam os avanços nas pesquisas. O fundamental, entretanto, é que esses trabalhos

iriam desembocar no projeto de pesquisa que eu acabaria mais tarde desenvolvendo na USP.

Eu já havia formalizado em Brasília, junto ao CNPq, o Grupo Narrativa de *nosotros*, que centrava sua atenção nas questões referentes à linguagem, discurso e narrativa e integrava professores, alunos de graduação e de pós-graduação. Fora da Universidade, liguei-me, no Percurso Psicanalítico, como convidada, a um grupo de estudos sobre discurso, palavra, significado e significante. Desta forma, as discussões foram convergindo e se complementando teoricamente, especialmente com o grupo de pesquisa sediado na Unicamp, Núcleo História e Linguagens Políticas: razão, sentimentos e sensibilidade.

A experiência de ter sido indicada membro do Conselho da Editora da Universidade de Brasília e, meses depois, sua presidente, me fez experimentar o desafio da extensão universitária de forma plena. Por três anos desenvolvi um trabalho de organização e de reformulação das diretrizes, procedimentos e catálogos da Editora, além da aproximação com a comunidade acadêmica dentro e fora da Universidade. Juntamente com uma pequena equipe decidimos recuperar a identidade editorial da EdUnB, modernizar seu catálogo e suas publicações, nacional e internacionalmente. Foi a partir daí que organizamos um banco profissional de consultores externos, reavaliamos o que vinha sendo publicado, estipulamos procedimentos transparentes e funcionais para a escolha de títulos, fizemos o conselho editorial opinar efetivamente e relançamos a *Revista Humanidades*, uma publicação de cultura, cujo projeto foi abandonado assim que o Conselho da revista se demitiu em 2003, tendo em vista os problemas da Editora da Universidade de Brasília que ocasionaram a minha própria demissão e a do Editor Chefe, jornalista Severino Francisco. Discordamos veemente e publicamente dos rumos tomados pela Direção Administrativa da Editora e da Universidade, bem como de seus procedimentos editoriais, administrativos, pessoais e éticos. Problemas que, em 2008, viriam a público através das denúncias que o Ministério Público faria contra a Reitoria da Universidade de Brasília e a Editora da UnB.

Em que pesem as dificuldades e obstáculos, entretanto, consegui imprimir um norte às políticas de publicação. Retomamos a preocupação com a qualidade das traduções, do desenho editorial e do apuro gráfico. Nosso objetivo era não só procurar

títulos que refletissem os avanços na reflexão intelectual e de pesquisa, como combater as políticas em que algumas editoras universitárias vinham caindo de publicar profissionais da casa para fins de pontuação acadêmica.

Transcorridos 19 anos de trabalho na Universidade de Brasília, achei que um ciclo de trabalho havia se esgotado. Há um tempo, havia saído de Departamento de História, quando quase todas os meus parceiros acadêmicos dele se foram, por um motivo ou outro. Já a nova reforma universitária, que lentamente vinha sendo implementada nas universidades federais, desde a primeira fase do governo de Fernando Henrique Cardoso, até os dias atuais, cada vez mais fazia com que a UnB se tornasse uma prestadora e vendedora de serviços, o que acadêmica e administrativamente, em minha opinião, provocava uma profunda transformação nos níveis de comprometimento da Universidade com a qualidade da pesquisa e da docência. O Centro que dirigia, cujo projeto estávamos tratando de transformar em um centro de Humanidades, acabava de aliar-se com a política desenvolvida pela Reitoria, que conferia a vários centros, inclusive ao CEPPAC, os mesmos desvios de rumo da Editora: todos eles objetos de investigação do Ministério Público.

A decisão de prestar um concurso para o Departamento de História da USP reavivou minhas esperanças e perspectivas de continuar desenvolvendo minhas pesquisas e o trabalho universitário com o rigor que sempre me animaram. Em outubro de 2006, ingressei no quadro de professores da Universidade de São Paulo.

Em pouco tempo assumi minhas responsabilidades acadêmicas com a graduação e a pós-graduação, inclusive com trabalhos de pós-doutoramento. Integrei-me ao PROIN (Projeto Integrado Arquivo Público do Estado de São Paulo e Universidade de São Paulo, sob a coordenação de Maria Luiza Tucci Carneiro) e, através dele, pude ampliar meu projeto de trabalho incorporando a pesquisa do acervo do DEOPS e me utilizando das verbas que a FAPESP reserva ao que qualifica de “pesquisadores principais”. O trabalho, através do Projeto, incentivou a troca profissional com outros professores e pesquisadores, no Brasil e fora dele, e de alunos de graduação e de pós-graduação. Este retorno de convívio mais imediato com alunos de graduação levou-me também a repensar a pesquisa que desenvolvi em minha dissertação de mestrado, e da qual não sai satisfeita, como apontei anteriormente.

Logo de minha entrada na USP, fui convidada e acabei escrevendo um pequeno livro para a série Lazuli RUPTURAS, da Companhia Editora Nacional, com o nome de *O Estado Novo em Marcha*, que, infelizmente, ainda se encontra no prelo. Nele trato do imaginário da *Marcha para o Oeste* (1938) e o Estado Novo. Esta *Marcha* foi um dos mais importantes projetos políticos de Getúlio Vargas. Com forte apelo ideológico, ela pode e deve ser lida como uma espécie de síntese do pensamento varguista. Nela, encontramos as principais vigas ideológicas que permearam as estratégias de dominação e construção do Estado. Os componentes do ideário estadonovista estavam presentes quando do chamamento para a ocupação do que se denominava na época de *hinterland* brasileiro: o nacionalismo, a figura líder, o papel da repressão policial, a promessa futurística da sociedade, a construção do Homem Novo e de inimigos estratégicos são tratados neste livro através de uma linguagem simples e direta, pois se trata de uma coleção dirigida a um público menos especializado.

Quanto ao projeto principal de pesquisa que desenvolvi desde meu ingresso na USP, posso dizer que ele diz muito de minha trajetória pessoal e intelectual. Iniciei o trabalho de investigação quando comecei a estudar as teias intelectuais no pós- segunda Guerra Mundial. O aspecto fronteiriço, o espaço entrelugar - que está presente nos trabalhos de Edward Said e de Homi Bhabha-, ao qual já fizemos alusão anteriormente, levou-me a interrogar este mundo moderno/conservador do pós-Segunda Guerra e do qual pouco ou nada se fala ou se escreve. Um tempo de expansão de ditaduras que guardaram o liberalismo como modernidade sob uma forma quase que inédita, se pensarmos que essas mesmas ditaduras acabaram por abraçar a crítica ao totalitarismo. Um mundo moderno/conservador que se configurou entre a transgressão e a repressão. Resolvi pesquisar um pouco deste mundo e suas ambivalências discursivas.

O tema propriamente dito da pesquisa envolve políticas culturais. Políticas culturais, estratégias de poder e envolvimento de intelectuais. Além de uma visão mais ampla sobre a estratégia da chamada *Cultural War*, criada no interior do Departamento de Estado dos Estados Unidos, chamamos atenção em nossa pesquisa para os pressupostos de exotismo e da estranheza (*unheimlich*) no desenho dessas políticas culturais. Mesmo que a arte e a cultura preguem suas peças e o inconformismo humano faça com que nem tudo

siga de acordo com os planos, é sobre esta grande engrenagem que envolve as políticas culturais que nos debruçamos.

Já numa primeira pesquisa que havíamos realizado no *National Archives*, pudemos notar o quanto a documentação era reveladora da vida política e cultural dos anos 1950 e 1960, periodização que privilegiamos. No início o objetivo foi o levantamento bibliográfico da recente literatura sobre a *Cultural War*. Esta literatura fugia completamente dos estudos focados especialmente na pesquisa da documentação diplomática voltada para a área de relações internacionais. Achamos farta literatura estrangeira, norte-americana e francesa, em especial - cuja abordagem vinha ao encontro de nossos interesses, ou seja, o foco da análise em aspectos relacionados às idéias, à política, à ideologia, ao impacto sobre os movimentos dos direitos civis, liberdade política, relações de gênero e de trabalho, políticas de segurança e movimentos de descolonização. Um imenso leque que comecei a trabalhar através de investida teórica mais aprofundada, procurando analisar as imagens políticas e seu aparato conceitual e enfatizando questões referenciais do discurso para ampliar as possibilidades teóricas. Postei-me longe, o quanto pude, dos trabalhos mais tradicionais sobre o tema, centrados em mecanicismos dualistas de dominação e, quando pouco, influenciados pelas teorias da dependência.

Tomando este caminho, iniciei estudos sobre valores éticos e políticos e a tradição de pensamento que informaram essas investidas políticas. Ou melhor, se fazia necessário tentar descobrir quem, como, quando e para quem escrevem estes homens e mulheres que constroem a política, e o que tanto as figuras de linguagem como as palavras representam.

Assim, iniciei os estudos sobre esta enorme agenda política dos anos 1950 e 1960, cujo comprometimento acadêmico - eu viria a descobrir - repensou ainda o nacionalismo, o legado cultural do colonialismo e, é claro, o dilema das identidades nacionais, uma espécie de obsessão, que não é de exclusividade brasileira. Nestes debates, além da relevância política que tiveram as questões relativas aos direitos do homem, os estudos sobre a escravidão e a democracia racial, como veremos adiante, se fizeram cada vez mais relevantes e tomaram importante espaço e papel para pensar a modernidade, trabalhar a representação das culturas e dar os primeiros passos para a reconstrução dessas representações para além do âmbito binário centro/periferia; civilizado/selvagem. Nesta



agenda de discussões, encontrei presente com muita ênfase o intuito de apostar em transformações sociais preservando as matrizes básicas de alinhamento político/ideológico.

Como resultado das pesquisas chamo especial atenção para três capítulos de livro publicados ("A crise dos alienados: o *revival* da intolerância"; "A ira e a alteridade: o testemunho e o sentido ético"; e "*Memórias do cárcere* em tempos de ditadura e de Guerra Fria"); dois artigos ("Caminhos de um mal-estar de civilização: reflexões intelectuais norte-americanas para pensar a democracia e o negro no Brasil", publicados em três veículos diferentes; e "Direitos Humanos e Políticas Públicas"); e um livro (*O Brasil e os outros: o poder das idéias*). Três outros trabalhos estão para ser publicados ("O Instituto Latino Americano de Relações Internacionais e a Guerra Fria: a criação de agendas políticas e intelectuais na América Latina"; "Testemunho e obliteração: da tragédia ao melodrama", no prelo pelo Ministério da Justiça/PUCRS; e "Em tempos do indefensável: linguagem política, modernismo e totalitarismo (ou *In our time, political speech and writing are largely the defense of the indefensible*)" -, também no prelo pela EdUFU))

"A ira e a alteridade: o testemunho e o sentido ético" traz um apanhado de como a questão do testemunho, ou do que será chamado posteriormente de literatura de testemunho, ganha importância para a construção da problemática política do totalitarismo. Analisamos o significado desta literatura no pós Segunda Guerra, as implicações que teve o Congresso Pela Liberdade da Cultura (CCF) na disseminação das questões relativas ao totalitarismo, ao testemunho e no combate ao comunismo e à União Soviética, bem como a presença da revista *Cadernos Brasileiros*, órgão do CCF no Brasil, nessa construção de problemática política. Como o título sugere, trabalhamos a alteridade e o sentido da Ira na política, bem como a articulação intelectual estabelecida de certa aristocracia intelectual que cuidava ao mesmo tempo de manter o passado como memória e de revivê-lo como presente. Os membros do *Congresso pela Liberdade da Cultura*, em especial, reviviam esta memória pautada pelo reconhecimento de que totalitarismo era sinônimo de nazismo e de comunismo soviético.

Em "A crise dos alienados, o *revival* da intolerância", a análise recaiu sobre a rede de influências canalizada especialmente através de um dos pensadores mais importantes do CCF, o historiador Arthur Schlesinger, e sua construção, desde 1948, da concepção de uma terceira via política como esvaziamento das propostas totalitárias, de

esquerda e de direita. Nesta nova aposta política, a releitura do conceito de totalitarismo e um forte apelo ao desenvolvimentismo, no que o intelectual se faz acompanhar das teses do também importante intelectual do CCF, Raymond Aron. Todas estas questões apontam no sentido de uma crescente intolerância às ideologias de esquerda e, no Brasil, numa espécie de legitimação política no que diz respeito ao desenvolvimento, à modernização e à construção do golpe de 1964.

"Mal estar de escrever: *Memórias do Cárcere* em tempos de ditadura e de Guerra Fria" é um trabalho que coloca em diálogo os escritos de Graciliano Ramos (*Memórias do Cárcere* e *Viagem*) e de Silviano Santiago (*Em Liberdade*), analisando, fundamentalmente, aspectos relativos à *Cultural War* e aos significados da rememoração. Desta vez, buscamos em Graciliano Ramos o intelectual que se alia à esquerda e ao Congresso pela Paz Mundial, a iniciativa de Moscou que, como é explicado no texto, se contrapõe às iniciativas do Congresso pela Liberdade da Cultura em seu combate ao comunismo.

O conjunto de trabalhos citados anteriormente foram incluídos em livro eletrônico, editado pela EDIPUCRS - *O Brasil e os outros: o poder das idéias*. Trata-se de uma coletânea que apresenta uma série de questionamentos relativos à historiografia sobre o Brasil e convida o leitor a repensar a História do país no século XX, com destaque para o pós-Segunda Guerra, sua vida política, cultural e intelectual a partir de outra perspectiva. Podemos pensar tal perspectiva como distante e crítica das teorias do desenvolvimento, do desenvolvimentismo e da dependência, bem como da glorificação das facetas de progresso social dos anos 1930, 40 e 50, do endeusamento da inclusão social dos trabalhadores e da "nacionalização" da política. Enfim, abordagens que questionam o tratamento que vem sendo dado à história política e cultural do Brasil.

Este volume foi apresentado como trabalho de livre-docência, título que defendi na USP no final de 2008. Titulação peculiar, ele deu-me a oportunidade de dialogar com um grupo de professores com os quais a interlocução de trabalhos, de forma bastante diversa, esteve muito presente em minha trajetória acadêmica. Maria Stella Martins Bresciani, que foi minha orientadora no doutorado e no mestrado, e com quem sempre mantive intenso debate acadêmico, pode me argüir a partir dos pressupostos teóricos e de

pesquisa que eu apresentava e que desenvolvi ao longo de toda minha carreira, num convívio que, mesmo tendo aliado uma próxima relação de amizade, nunca perdeu de vista seu imperativo profissional e crítico. Ângela de Castro Gomes, de quem divirjo teoricamente, especialmente em sua interpretação sobre os anos em que Getúlio Vargas governou o país, sempre mereceu meu respeito profundo por seu trabalho, daí nossas divergências terem sido tão ricas em sua argüição. Foi Martha Huggins que trouxe ao diálogo estabelecido nos exames perspectivas teóricas e de pesquisa que iam além das fronteiras nacionais e cuja preocupação com os aspectos seminais da violência dialogaram com meu trabalho. Maria Luiza Tucci Carneiro, cujos trabalhos sobre o Estado Novo dialogavam de perto com o meu, colocou seus pontos; e Maria Helena Capelato, presidente da banca, que não se furtaria à argüição, tendo em vista especialmente a proximidade das pesquisas, quer sobre a época de Vargas, quer sobre a intelectualidade "latino-americana" no século XX, reascendeu nosso diálogo acadêmico para posteriores trocas de informações e de orientação de trabalhos acadêmicos, que se estenderam após a livre-docência.

O empenho de ter feito a livre-docência já com um longo caminho acadêmico trilhado teve uma recompensa maior. Sendo uma historiadora que trabalha com a história mais recente, com ênfase no século XX, reconheço que a historiografia ainda está marcada por generalizações que fazem muito mais parte do universo do senso comum do que da reflexão historiográfica propriamente dita, realizada através e com a pesquisa documental. Pois bem, a oportunidade de ver examinados os pontos de apoio de meu trabalho, que contou com acervos documentais inéditos, especialmente os colhidos na Biblioteca da Universidade de Chicago, foram mais do que gratificantes. Uma satisfação partilhada por meus orientandos de pós-graduação e de graduação que estavam engajados em pesquisas muito próximos às minhas.

Passado o período da livre-docência, dei continuidade aos trabalhos. Fazer a pesquisa e repensar a historiografia me fez acompanhar a agenda intelectual e cultural que paulatinamente se estabelecia no decorrer da Guerra Fria. Os estudos seguiram nesta trilha. Os anos 1950 e 1960 mostrar-se-iam ricos neste sentido.

De maneira pormenorizada, acompanhamos o envolvimento de intelectuais na construção das políticas culturais explorando o acervo do I.L.A.R.I. (Instituto Latino

Americano de Relações Internacionais), órgão do Congresso pela Liberdade da Cultura (CCF), que está depositado na Biblioteca da Universidade de Chicago. Mostramos no artigo "O Instituto Latino Americano de Relações Internacionais e a Guerra Fria: a criação de agendas políticas e intelectuais na América Latina", como a Literatura e as Artes Plásticas, ou Belas Artes, haviam sido o foco de investimentos do Congresso da Liberdade da Cultura nos anos 1950. Já nos anos 1960, a fase pós- Revolução Cubana, seu enfático financiamento foi no apoio às Ciências Sociais bem como na criação de "problemáticas latino-americanas".

É interessante notar como, de uma forma geral, a historiografia atribui a institucionalização das disciplinas de Ciências Sociais no Brasil e das pesquisas centradas no desenvolvimentismo e na modernização a esforços de vários eminentes intelectuais, sem, entretanto, atribuir-lhes filiação política mais específica. Esta mesma historiografia costuma também atribuir autonomia, especialmente no que diz respeito às fundações Ford e Rockefeller e às políticas de pesquisa, em relação às orientações dadas pela política externa norte-americana. Esta autonomia é vista como responsável por uma espécie de mixagem de condicionamentos contraditórios. Ou seja, é neste sentido que esta mesma historiografia atribui à Fundação Ford a implementação de diretrizes de financiamento de pesquisa que se apresentariam como contraditórias perante a política externa norte-americana, porque seriam independentes do Departamento de Estado. Nossa pesquisa aponta um caminho diverso e contrário, mostrando não só o envolvimento das fundações como também das atividades desenvolvidas pelo campo das Ciências Sociais no Brasil.

"Direitos Humanos e Políticas públicas" é outro trabalho que visou sistematizar a tradição do pós-guerra sobre a questão dos direitos humanos, da memória e da violência, tendo a crítica historiográfica como pano de fundo. Está estreitamente relacionado com o outro artigo, "Testemunho e obliteração: da tragédia ao melodrama". Em ambos os trabalhos, procuramos as relações que são estabelecidas entre o *boom* da rememoração acontecido no pós-guerra, a ênfase à questão totalitária, a propaganda cultural e às novas linguagens políticas que se fazem presentes nos projetos de democracia. Estas são questões colocadas como historicamente relevantes para entender a rememoração das ditaduras latino-americanas, por exemplo.

A preocupação com a linguagem política está igualmente presente em outro trabalho recentemente publicado como capítulo de livro: "Em tempos do indefensável: linguagem política, modernismo e totalitarismo (ou In our time, political speech and writing are largely the defense of the indefensible)". Analisamos aí a importância que a área de literatura ganhou no pós-IIa Guerra como detentora de percepções estéticas que se contrapunham diretamente à primazia do significado dado ao mundo pelo realismo soviético. Em especial, a aspectos que relacionam o uso da linguagem à moralidade e ao surgimento de uma lógica cultural, de um novo léxico, comprometidos com a essência do moderno e do modernismo, em contraposição ao suposto artificialismo e à importação de idéias representados pelo ideário das ideologias de esquerda e pelo regionalismo. É neste caminho que o "boom" da literatura latino-americana buscaria seu rompimento estético definitivo e seu sentido universal.

"Caminhos de um mal-estar de civilização: reflexões intelectuais norte-americanas para pensar a democracia e o negro no Brasil", que foi incluído em minha livre-docência, acabou me abrindo uma perspectiva muito nova, que acaba de ser desdobrada para o desenvolvimento de uma nova etapa de meu projeto de pesquisa.

Meu argumento inicia com a constatação de que em 1961, sob orientação de Florestan Fernandes (1920-1995), Fernando Henrique Cardoso (1931) defendeu sua tese de doutorado em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo. Fruto de um trabalho de pesquisa que vinha sendo desenvolvido por um conjunto maior de pesquisadores, a tese de Cardoso somava-se ao trabalho de outro orientando de Florestan Fernandes, Otávio Ianni (1926-2004), cujas teses de mestrado (*Raça e mobilidade social em Florianópolis*) e de doutorado (*O negro da sociedade de castas*), foram defendidas em 1956 e 1961, respectivamente. Ianni e Cardoso seguiam os passos e a orientação de Florestan Fernandes, que havia publicado, juntamente com Roger Bastide, *Branços e negros em São Paulo*, no ano de 1958.

Os estudos de todos eles eram resultantes das pesquisas do que coube à USP desenvolver sobre as relações raciais no Brasil, especificamente nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Projeto financiado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), nos anos de 1951 e 1952, a

fração sob a responsabilidade da USP foi coordenada justamente por Roger Bastide (1898-1974) e Florestan Fernandes.

O estudo de Fernando Henrique Cardoso fazia parte de uma série de trabalhos, inclusive o que desenvolvera conjuntamente com Otávio Ianni (*Cor e Mobilidade Social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional*), publicado em 1960, e cujo prefácio Florestan Fernandes concluíra em dezembro de 1959. Como diria Otávio Ianni, todos eles pressupunham que “o preconceito racial no Brasil é um dado fundamental das relações sociais”.

Nesta trilha que seguiria a desmistificar a **democracia racial brasileira**, o trabalho de Fernando Henrique, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, procurava, como ele próprio alega, contrapor-se à “mistificação sociológica que abrandava os efeitos negativos do patriarcalismo escravista e insistia na existência (...) de uma democracia racial”. Em outras palavras, contrapunha-se às interpretações ao estilo das de Gilberto Freyre (1900-1987) sobre a história, a cultura, a evolução e as propostas de Brasil das quais o intelectual pernambucano se tornaria o maior expoente. Teses que Freyre expunha sistematicamente em seus livros, cujo maior sucesso seria *Casa Grande e Senzala*, publicado, pela primeira vez, em 1933, e já em sua quinquagésima edição no ano de 2005.

Neste período de pós Segunda Guerra Mundial, quando se realizou a pesquisa da UNESCO, bastante abalados com as críticas de esquerda a uma sociedade – ou civilização – que se dizia democrática, mas que conservava várias formas de racismo, inclusive a segregação, os Estados Unidos investiam pesadamente nos estudos sobre os problemas raciais. O ponto central era demonstrar que, mesmo assumindo que a questão racial nos Estados Unidos era complexa e que existia discriminação e segregação, o sistema democrático possibilitava a resolução de problemas. Do ponto de vista interno, acreditava-se que superar a questão racial era fundamental para enfrentar a luta contra o comunismo e suas armas de propaganda.

De modo geral, as justificativas para realizar a pesquisa da UNESCO no Brasil acompanhavam as linhas mestras de pensamento de Gilberto Freyre em seus estudos, que pressupunha um modelo bastante diferenciado de civilização, distante e antagônico, portanto, do modelo protestante de desenvolvimento do capitalismo, e que comungava de

preceitos que vinham sendo desenvolvidos por vários intelectuais norte-americanos ligados à Universidade de Vanderbilt, em Nashville, no Tennessee, especialmente postulados no manifesto *I'll Take My Stand: The South and The Agrarian Tradition*.

Pois bem, acompanhamos a trajetória argumentativa e o embasamento teórico destas duas posições: a da USP e a de Freyre, e recuperamos o diálogo que Fernando Henrique, estabelece, ainda em 2005, quando assinou a apresentação da 50ª edição de *Casa Grande e Senzala*. Mostramos como as propostas de Gilberto Freyre acabariam por provocar um imenso mal estar no Brasil, especialmente no período posterior à Grande Guerra. Se, por um lado, sua leitura da realidade brasileira despertava interesse nos anos 1950, principalmente em função da valorização da harmonização social entre brancos e negros, grande problema político para os Estados Unidos neste período de Guerra-fria, sua descrença no modelo de industrialização e desenvolvimento do capitalismo, bem como sua fascinação pelo passado, faziam com que Freyre entrasse em choque com as propostas de democracia, industrialização e desenvolvimento que entrariam em voga naqueles tempos. Freyre, cabe destacar, defendia a proposição de que era possível haver harmonia social em uma sociedade desigual. Ele tinha como tônica a tese de que mudanças culturais, ou das mentalidades - e daí sua aposta na *New History* - seriam capazes de fazer a inclusão do negro, preservando um sistema de vida sem tocar nas premissas dos sistemas de exploração e acumulação.

Na verdade, tanto a perspectiva freyreiana (existência de democracia racial) quanto à perspectiva defendida pelo grupo da USP (existência de preconceito racial como resultado da marginalização provocada pela escravidão e por suas conseqüências pós-abolição) respondiam às estratégias de combate ao racismo que tomavam envergadura nos Estados Unidos nos anos 1950 e 1960. A primeira, porque apostava em mudanças culturais, o que, em última análise, impulsionava a construção de políticas que pudessem transformar as mentalidades racistas e segregacionistas. Apropriava-se da suposta constatação de Freyre de que uma democracia racial seria plenamente possível, sem levar em conta sua fascinação pelo passado e seu profundo desconforto com os valores e o sistema político e econômico da república norte-americana.

A segunda perspectiva também alimentava a estratégia de combate ao racismo, na medida em que apostava que a democracia seria possível pela consolidação de uma

sociedade de classes que pudesse expurgar os antigos hábitos, padrões de comportamento e funções sociais institucionalizadas, na qual estava o comportamento subordinado da população negra, que se adequava às elites conservadoras, como analisado por Florestan Fernandes. Nesta visão, aceitava-se o modelo sócio-econômico de acumulação ocidental como o grande engendrador da democracia social e política, como o postulado por Arthur Schlesinger, e, em última instância, aceitava-se o fato de que existiria um paradoxo na presença de segregação racial em meio a uma sociedade de classes plenamente constituída. Daí a tônica dos trabalhos desenvolvidos na USP sobre escravidão, raça e desenvolvimento.

A partir destas colocações, montei uma continuidade de estudos que parte de alguns princípios. De acordo com minhas pesquisas, embora grande parte da historiografia credite à era Kennedy uma mudança da política dos Estados Unidos em relação ao processo de descolonização africana, houve, entre 1952 e 1962, uma gradual mudança de perspectiva no que diz respeito à descolonização, tendo o ano de 1958 representado um divisor de águas de uma discussão que tivera seu início durante a Segunda Grande Guerra. O maior interesse dos Estados Unidos na África estava relacionado à Guerra Fria, à contenção do comunismo e à questão negra. Daí o interesse em construir uma estabilidade africana pós-descolonização. Um grande empecilho, entretanto, era a carência de especialistas sobre a África, seja nas universidades ou na imprensa. Neste sentido, recorrer a especialistas na Europa foi uma das saídas, especialmente nas áreas de História, Antropologia e Sociologia. E, na medida em que partimos do pressuposto de que o racismo está vinculado ao domínio e não à colonização, como faz pensar Arendt, esta questão torna-se ainda mais relevante e coloca sob outro prisma a investigação sobre a questão racial e sua inter-relação histórica a respeito dos avanços intelectuais e políticos que envolveram a *Guerra Cultural* em torno da questão racial no pós-guerra e das agendas intelectuais estabelecidas nas chamadas áreas de influência norte-americanas, especialmente nos anos 1950 e 1960. Abre-se assim uma perspectiva crítica para examinarmos os estudos sobre a questão negra que foram desenvolvidos no Brasil à época.

No que diz respeito ao amadurecimento de todos estes estudos que desenvolvo desde meu ingresso na USP - uma intensa trilha de trabalhos nos últimos seis anos -, tenho procurado envolver um número cada vez maior de alunos nesta empreitada.



Oito trabalhos de orientação já foram concluídos. Atualmente possuo sete orientados de doutorado, um de mestrado e uma supervisão de pós-doutorado.<sup>25</sup> Da mesma maneira como fui preparada para a vida profissional, procuro fazer com que todos os estudantes mantenham contato, trocando informações e discutindo teoricamente o andamento de suas investigações. Na medida em que o acesso à bibliografia internacional tem sido facilitado enormemente pelo uso da internet e, em particular, pelas compras online e pela existência de bancos de revistas como o Jstor, por exemplo, tenho mostrado a importância não só de estar atento à bibliografia internacional, como às possibilidades de enriquecimento histórico e historiográfico que a pesquisa em acervos documentais no exterior pode trazer.

Wanderson da Silva Chaves, em seu trabalho já concluído de doutorado, pesquisou os arquivos da Fundação Ford nos Estados Unidos e o National Archives em Washington. Seus resultados de pesquisa são surpreendentes. No pós-doutoramento deve rastrear acervos no Brasil, Estados Unidos e Inglaterra. Aruã Silva de Lima, prestes a fazer sua qualificação de doutorado no início de 2013, já investigou arquivos em Amsterdã, Moscou e no Brasil. Possui viagem marcada para os Estados Unidos. Alex Gomes da Silva prepara-se para pesquisa em Portugal, assim como Fábio Lucas Cruz, que também pretende fazer pesquisa nos Estados Unidos. Gustavo Mesquita, agraciado pela USP com menção honrosa de melhor trabalho de conclusão de pós-graduação em 2012, Angela Teixeira Artur, Sérgio Marlow e Flávia U. Lima, cujos acervos são necessariamente brasileiros, pesquisam em vários arquivos no país, especialmente em São Paulo, Brasília e Rio de

---

<sup>25</sup> **Pós-doutorado.** 1. Wanderson da Silva Chaves. *Brasil e multiculturalismo: políticas raciais e redes de financiamentos da Fundação Ford (1960-1990)* **Doutorado.** 1. Aruã Silva de Lima. *A questão negra no Brasil e nos Estados Unidos 1920-1945.* Tese (História Social) - Universidade de São Paulo; Bolsa CAPES; 2. Sérgio Luiz Marlow. *Memória e Estado Novo: a Igreja Luterana no ES.* Tese (História Social) - Universidade de São Paulo; 3. Alex Gomes da Silva. *Gilberto Freyre e o iberismo pós-Guerra.* Tese (História Social) - Tese (Universidade de São Paulo; Bolsa CNPq 4. Fábio Lucas Cruz. *Denúncia no exílio: a frente brasileira de informação, 1964-1979.* Tese (História Social)- Universidade de São Paulo; 5. Renata C. R. de Meirelles. *Anistia para o ocidente: perplexidade, desconforto e religiosidade no pós-guerra.* Tese (História Social)- Universidade de São Paulo; Bolsa FAPESP; 6. Ângela Artur. *Presas, presídios e igreja: práticas de encarceramento e atuação religiosa (1942-1977)-* Tese (História Social)- Universidade de São Paulo; 7. Gustavo Mesquita. *Racismo e antirracismo. Um estudo sobre o debate da questão racial em Brasília (1960-1988).* Tese (História Social)- Universidade de São Paulo; **Mestrado** 1. Flávia Uliana Lima. *A anistia entre os militares brasileiros.* Dissertação (História Social)- Universidade de São Paulo.

Janeiro. Já Reinata Meirelles, que visitou arquivos em Paris, Londres, Amsterdã e Rio de Janeiro, deve ir ainda a Nova York e Washington, e retornar a Londres em setembro para fazer doutorado sanduíche no King's College, sob orientação de Penny Green, com quem iniciei recentemente contatos em função de nossas investigações envolvendo crimes de Estado.

A prática de trabalho com os alunos tem ajudado nesta integração de pesquisas e indicações cruzadas de acervos. Além da orientação individual, tenho reunido todos os alunos de pós-graduação e os de iniciação científica duas vezes por semestre para discussões conjuntas. Os textos a serem apresentados nos encontros são distribuídos previamente e em cada um deles possui um debatedor. Tal dinâmica favorece as discussões, as trocas tornam-se assim mais intensas e os alunos criam uma rede de camaradagem acadêmica entre si. Os encontros são abertos à participação de outros alunos de pós-graduação, geralmente convidados pelos orientandos, e facultados a alunos de graduação.

Estas propostas de pesquisa mais recentes continuam a levar em conta aspectos que sempre se fizeram presentes em minha trajetória acadêmica. Em 2007, organizado por mim em colaboração com a professora e psicanalista Ana Vicentini de Azevedo da UnB, fizemos o Seminário aberto de discussão: História e Psicanálise na USP, que contou com a participação de estudantes de vários cursos. O PROIN e a Pós-graduação em História Social apoiaram o encontro. Como nas últimas décadas a questão do arquivo, da memória e da psicanálise tem suscitado uma série de discussões bastante controversas na área de História, não só pela sua importância mas pelas implicações no que diz respeito ao trabalho do historiador, optamos por realizar um seminário aberto de discussões sobre História e Psicanálise. A dinâmica do evento foi interessante, pois, além das exposições, parte do tempo do seminário foi reservada a discussões sobre o tema, embasadas no trabalho de Michel de Certeau, em particular seu livro *Psychanalyse et Histoire*.

Nova iniciativa de organização de encontro foi desenvolvida por meu colega Sean Purdy e por mim em 2011. Acabamos fazendo uma chamada nacional, inclusive através da BRASA, para que professores e estudantes de pós-graduação comessem a discutir, na USP, a problemática da Guerra Fria em uma perspectiva mais ampla.

Selecionamos cerca de 30 trabalhos de várias partes do Brasil. Esta nova parceria com Sean Purdy, deverá ter repercussões editoriais, já que planejamos organizar alguns destes trabalhos em coletânea. Este trabalho com o colega faz com que a área de Brasil Independente, que coordeno na graduação do Departamento de História, tenha uma integração mais efetiva com a área de América Independente, o que deve ter, em futuro próximo, um reflexo direto da formação dos estudantes.

Devo dizer que logo de meu ingresso na USP, o cruzamento da documentação norte-americana coletada na Biblioteca da Universidade de Chicago e no *National Archives* de Washington - arquivos onde faço a maior parte de minha pesquisa - com o material encontrado no Arquivo do DEOPS possibilitou o encontro de novos caminhos interpretativos, além da oportunidade de oferecer novas abordagens de pesquisa a alunos de graduação, especialmente. Através das possibilidades apresentadas pelo Projeto Temático no qual me engajei por dois anos, as pesquisas passaram a ter fluidez diferenciada, quando especialmente alunos de graduação foram somados à dinâmica de trabalho. Cerca de 60 estudantes da USP foram ligados por mim aos esforços de identificação e sistematização das fontes do DEOPS, o que proporcionou a estes estudantes treinamento específico em arquivo. A experiência foi rica, mas a investigação nos arquivos do DEOPS havia-se esgotado. Tratava-se então de dar continuidade ao engajamento de alunos e um grupo de pesquisas sobre a Guerra Fria pareceu-me bem mais promissor.

Foi dessa maneira que, em etapa recentíssima de pesquisa, os caminhos de pesquisa me levaram a buscar duas questões de ordem paralela: a da igualdade racial e da descolonização. Parti aqui da premissa historiográfica de que a Segunda Guerra Mundial não foi uma interrupção da normalidade, mas o início de uma revolução política, que criaria diferentes sensibilidades, apesar das históricas resistências, e que espaços permanentes de contestação e a reserva de direitos de individualidade ganharia um novo cenário. Se, durante os anos 1950 e 1970 o embate da Guerra Fria reservou aos países em desenvolvimento, especialmente Ásia e América Latina, a luta pela emancipação dos pobres, do desenvolvimentismo e da modernização econômica e política, grupos de trabalhos internacionais engajaram-se de forma intensa no trabalho de análise, reflexão e

construção de instrumentos culturais e intelectuais que foram marcantes para a discussão do que os norte-americanos costumavam chamar de a questão do negro (*negro question*).

Retornei então, por duas vezes em 2012, aos arquivos norte-americanos para seguir nesta trilha de investigação e selecionei como eixos a pesquisa de congressos internacionais que debateram a questão racial relacionada à descolonização e à procura de novas linguagens políticas. Evidentemente, procurei o envolvimento de pesquisadores brasileiros ou pesquisadores intimamente relacionados, em suas pesquisas, ao Brasil. Chamou-me a atenção a profunda preocupação com os estudos literários, área que ganhava importância destacada como detentora de percepções estéticas de uma modernidade que não aceitaria os princípios de representação que fugissem à premissa do (pós)modernismo, que se contrapunha diretamente à primazia do significado dado pelo realismo soviético.

Dos dois arquivos selecionados pela pesquisa, o da Biblioteca da Universidade de Chicago e o da Biblioteca da Universidade do Texas, o acervo desta última me traria grata surpresa. Achei nos dois últimos dias de trabalho, aqueles que sempre reservo para "sapear", um fascinante diário de viagem. Arquivado erroneamente, estava à minha disposição o relato de Alfred Knopf, um dos mais importantes editores norte-americanos, sobre suas impressões de dois meses de estada no Brasil no ano de 1969, em pleno período de recrudescimento do regime militar.

A descoberta, é claro, fez com que todo o restante do material coletado esteja agora em compasso de espera. Acabo de traduzir o diário de Knopf para o português e espero tê-lo pronto para publicação em meados de 2013, assim que conclua a introdução que já iniciei.

Estas investidas também abriram outra frente de discussão e de publicações, além de contatos de trabalho, como o do King's College, com Penny Green, citado já anteriormente. Tenho publicado reflexões sobre Direitos Humanos, democracia e ditadura. No ano de 2012 fui convidada pela segunda vez pelo Ministério da Justiça para eventos que envolvem os Direitos Humanos e a Anistia no Brasil, com a presença de pesquisadores nacionais e estrangeiros. Neste último trabalho, ainda aguardando encaminhamento de publicação, discuti como a violência totalitária tornou-se o grande dilema político do século XX, e de que maneira a necessidade de rememoração e do refazer constante da reflexão é um dos primeiros passos para a fuga dos grandes determinismos estruturais e

sistêmicos. Manter vestígios documentais, defendi, possibilita questionar indefinidamente o princípio do acontecimento em sua irredutibilidade. Por isso, questionei no encontro, cujo título era *Seminário internacional limites e possibilidades da Justiça de Transição: impunidade, direitos e democracia*, o coroamento de uma concepção de história evolutiva, homogênea, linear, com temporalidades evolutivas, de transição. Até porque, perguntei, seria justo dizer que construímos uma transição que já dura 27 anos, se pensarmos 1985 como o fim do regime de exceção militar, ou 57 anos se pensarmos o final do Estado Novo?

De uma forma geral, nestes anos na USP, o trabalho tem sido dividido entre as aulas de graduação, o curso de pós-graduação, que está sob minha responsabilidade (Política, História, Cultura e Poder), o trabalho de orientação, a pesquisa, a coordenação da área de Brasil Independente, a participação na Comissão de Pesquisa e na representação da Comissão de Pós-graduação, a participação nos grupos de pesquisa de que faço parte, além da participação em eventos. Alia-se a estas atividades, a importância que creditamos à publicação da pesquisa histórica, no sentido de marcas historiograficamente a formação de pesquisadores.

Como conclusão, devo dizer que em toda minha trajetória, exposta de maneira concisa neste memorial, procurei mostrar o que considerei os principais encadeamentos de meu trabalho. O esforço que desenvolvo simboliza, pelo menos, parte desta trajetória, onde a opção pela inquietude, por trabalhar as fontes e os conceitos, de modo que seja possível explicitar o indeterminado na história, as difíceis teias das representações e da ação humanas, estão presentes o tempo todo. A preocupação com o diálogo historiográfico e com a produção acadêmica dos mais diversos matizes e disciplinas procura se traduzir também em sala de aula e no tipo de orientação que venho desenvolvendo. Meu envolvimento institucional representa o crédito que deposito no fazer historiográfico tanto voltado para o interior da Universidade como para fora de seus muros, para a reflexão sobre a vida pública.

Além disso, posso acrescentar que o prazer em trabalhar com a História nos arquivos, na escrita, em sala de aula ou nos encontros profissionais é o que move o desejo infundável pela descoberta que continuo a cultivar. Mesmo que esse desejo faça com que eu descubra, como aconteceu recentemente nos arquivos do Departamento de Estado, em

Washington, que o programa *American Field Service* fez parte da estratégia de cooptação intelectual da *Cultural War*, tão hábil e secretamente articulada pela *CIA*. E que, deste programa, eu e muitos dos meus amigos, com os quais mantenho ainda hoje sólidos laços de amizade, ingenuamente integramos uma espécie de “corrente de inocentes”.

Talvez este árduo e fascinante trabalho que sigo fazendo há décadas, de sair do Brasil e buscar outros acervos documentais - além do prazer em instigar historiograficamente - seja uma espécie de ajuste de contas, porque nós, os que se constituíram como elos desta corrente de inocentes, temos também o direito de entender este entrelugar de ambivalências discursivas. E, é claro, encará-las crítica e livremente. Isso faz parte de nossa histórica dívida subjetiva.

Ao final deste memorial, que constitui uma reflexão acerca da indissociabilidade da vida pessoal e da vida do espírito, posso dizer que tenho construído uma trajetória acadêmica marcada pelo rigor da pesquisa, prática fundamental ao exercício intelectual e da sua necessária transmissão, seja através das atividades de publicação e de edição ou na formação de profissionais da área de humanidades, sobretudo de historiadores.

**Elizabeth Cancelli**

**Universidade de São Paulo, janeiro de 2013**

## PRODUÇÃO ACADÊMICA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

### I- OBTENÇÃO DE TÍTULO

Livre-docência: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas- USP, 2008

### II- PROGRESSÃO NA CARREIRA (USP)

De Professor MS5 para Professor Associado III, novembro de 2012

### III- PUBLICAÇÕES

#### Livros

CANCELLI, Elizabeth. O Brasil e os outros: o poder das idéias. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2012.

#### Artigos

1. CANCELLI, Elizabeth. A Violenta memória do esquecimento. Rio de Janeiro, *Revista Trivium*, vol. iv, serie II, pp82-93. 2012
2. CANCELLI, Elizabeth. Testemunho e obliteração: da tragédia ao melodrama. *Revista Anistia política e justiça de transição*. N5, jan-jun. 2011. Brasília, Ministério da Justiça, 2012. p. 38-49 .
3. . CANCELLI, Elizabeth .Um pensamento desafiante. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. vol. 52, 2011. p.143-144.
4. CANCELLI, Elizabeth. Direitos Humanos e Políticas Publicas. *Revista de Estudos Criminais*. Vol. 10, série 39, 2010. p. 59-68.
5. CANCELLI, Elizabeth. Caminhos de um mal estar de civilização: reflexões intelectuais norte-americanas para pensar a democracia e o negro no Brasil. *ArtCultura* (UFU). , v.10, 2010. p.171- 188.
6. CANCELLI, Elizabeth. Caminhos de um mal-estar de civilização: reflexões intelectuais norte-americanas para pensar a democracia e o negro no Brasil. *Revista Espaço Acadêmico* (UEM), v.9, 2010. p. 93 - 110. 2010;
7. CANCELLI, Elizabeth. Caminhos de uma mal estar de civilização: reflexões intelectuais norte-americanas para pensar a democracia e o negro no Brasil. *Home Page: [http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF16/E\_Cancelli.pdf.];2009*
8. CANCELLI, Elizabeth. O suicídio e a magia do ato. *O Marrare* (UERJ), v.10, 2009. p.15 - 25.
9. CANCELLI, Elizabeth. Perspectivas historiográficas e suas rupturas com os "males do passado". *História. Questões e Debates* (UFPR), v.50, 2009. p.51 - 60
10. CANCELLI, Elizabeth . A América do desejo: pesadelo, exotismo e sonho. *História* (UNESP) , vol. 2004. publicação 2007. p. 11-132.
12. CANCELLI, Elizabeth . O mal estar na política e Dogville. *O Marrare* (UERJ), vol. 10, 2006. p. 23-30
13. CANCELLI, Elizabeth. Resenha: Oliveira Vianna entre mitos, utopias e símbolos de brasilidade. *Estudos Avançados*, vol. 22, série 62, 2008. p. 375-376

14-. CANCELLI, Elizabeth. Resenha: Oliveira Vianna: mitos e utopias entre símbolos de brasilidade. *Estudos Históricos*, Vol. 38, 2006, publicação de 2007. p. 135-136.

### Capítulos de livros publicados

1. CANCELLI, Elizabeth. Em tempos do indefensável: linguagem política, modernismo e totalitarismo (ou) In our time, political speech and writing are largely the defense of the indefensible - G. Orwell. In: SEIXAS, Jacy; CESAROLI, Josiane; NAXARA, Márcia. Uberlândia, EUFU, 2012. p. 427-442.

1. CANCELLI, Elizabeth. A crise dos alienados: o Revival da intolerância In: *Tempos de fascismos: ideologia, intolerância, imaginário*. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci & CROCI, Federico (orgs.). São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial, 2010, p. 405-420.

2. CANCELLI, Elizabeth. Publique ou desapareça: o desafio acadêmico de produzir com qualidade e impacto In: SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *Pensando gênero e ciência: Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010.

3. CANCELLI, Elizabeth. Mal estar de escrever: memórias do cárcere em tempos de ditadura e de Guerra Fria In. : PRADO, Maria Lígia Coelho Prado (org.): *Perón e Vargas: aproximações e perspectivas*. São Paulo: Memorial da América Latina, 2009, p. 217-240.

4. CANCELLI, Elizabeth. A ira e a alteridade: o testemunho e o sentido ético. In: NAXARA, Márcia R. C.; MARSON, Izabel; MAGALÃES, Marionilde B. (orgs). *Figurações do outro na História*. Uberlândia: EDUFU, 2009. p. 137-155.

5. CANCELLI, Elizabeth. A ira e a alteridade: o testemunho e o sentido ético. IN: TORGA, Luiz Reis & PAULO, Heloisa. *Estados Autoritários e Totalitários e suas representações. Propaganda, ideologia, historiografia*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008. p. 319-332.

6. CANCELLI, Elizabeth. Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 2007: www.fgv.com.br

### Trabalhos publicados em anais de eventos

1. CANCELLI, Elizabeth. Em tempos do indefensável: linguagem política, modernismo e totalitarismo. São Paulo, XXVI Encontro Nacional da ANPUH //www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1298560332\_ARQUIVO\_LinguagensOrwell.pdf;

1. CANCELLI, Elizabeth. Caminhos de um mal estar de civilização: reflexões intelectuais norte-americanas para pensar a democracia e o negro no Brasil In: *I Simpósio Internacional de Estados sobre a escravidão africana no Brasil: Caderno de resumos*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010. v. 01. p.105 - 105;

2. CANCELLI, Elizabeth. Em tempos do indefensável [ou] In our time, political speech and writing are largely the defense of the indefensible (George Orwell) In: *Colóquio Internacional: Tramas e dramas do político*. Uberlândia: EUFU, 2010. p.14 - 15.

3. CANCELLI, Elizabeth. Caminhos de um mal estar de civilização: reflexões intelectuais norte-americanas para pensar a democracia e o negro no Brasil. In: *Nineth International Congress of the Brazilian Studies Association*. New Orleans, 2008. <http://www.brasa.org/brasaix>.



4. CANCELLI, Elizabeth. A ira e a alteridade: o testemunho e o sentido ético. In: *Estados Autoritários e Totalitários e suas Representações: propaganda, ideologia, historiografia e memória*. Coimbra, 2007. p. 15.
5. CANCELLI, Elizabeth. Alteridade: ódio e ira à sombra da política. In: *XXIV Simpósio nacional de História*, São Leopoldo, 2007.
6. CANCELLI, Elizabeth. A crise dos alienados, o revival da intolerância. In: *Congresso Internacional Intolerância em tempos de fascismo*. São Paulo, 2006. Dossiê comunicações e curriculæ.

#### Artigos em revistas (Magazine)

1. CANCELLI, Elizabeth. Architecture and Art. In: *Architecture, Culture and Citizenship*. Brasília, 19 Brazilian Congress of Architecture, IAB, IAB of Pernambuco and Ministério da Cultura. p. 3 and 4.
2. CANCELLI, Elizabeth. Arquitetura e Arte. In: *Arquitetura, Cultura e Cidadania*. Brasília, 19 Congresso Brasileiro de Arquitetos, Instituto dos Arquitetos do Brasil, Instituto dos Arquitetos de Pernambuco e do Ministério da Cultura. p. 3 e 4
3. CANCELLI, Elizabeth. *Uma dívida simbólica* (resenha) FAUSTO, Boris. O crime do restaurante chinês. In: *Le Monde Diplomatique - Brasil*, p.39 - 39, 2009.
4. CANCELLI, Elizabeth. Crime e castigo no Brasil. In: SESC RevistaE. São Paulo, 2008. [http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas/revistas\\_link.cfm?edicao\\_id=307&Artigo\\_ID=4791&IDCategoria=5473&reftype=2](http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas/revistas_link.cfm?edicao_id=307&Artigo_ID=4791&IDCategoria=5473&reftype=2)

#### Trabalhos redigidos e enviados para publicação

1. CANCELLI, Elizabeth,. Between Prerogatives and Rules: Criminal Law and Political Control in Brazilian Vargas' Regime. In: SKINNER, Stephen. *Fascism and Criminal Law: History, Theory, Continuity*. Oxford: Hart Publishing. 2013
2. CANCELLI, Elizabeth, História, memória e transição: pensando o Brasil. IN.: SILVA, Francisco carlos Teixeira da.
3. CANCELLI, Elizabeth. Entrevista Revista NUPEM- UFPR
- CANCELLI, E. O Instituto Latino Americano de Relações Internacionais e a Guerra Fria: a criação de agendas políticas e intelectuais na América Latina In: *espaciotiempo. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales y Humanidades*, 2012.
- 4.. CANCELLI, Elizabeth. A Violenta memória do esquecimento. Rio de Janeiro, Revista Trivium, 2012
- 5.. CANCELLI, Elizabeth. O Estado Novo em Marcha. São Paulo, Lazuli/Companhia Editora Nacional (Livro)

#### Outra Produção

- 1 CANCELLI, Elizabeth. A pós-graduação em História da UnB e a Esperança.
- 1..CANCELLI, Elizabeth. Revisão técnica de artigo- inglês/português: *Freud sobre Leonardo da Vinci*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul- Instituto de Artes, 2008
2. CANCELLI, Elizabeth. Editoração do livro: Brasília e o projeto construtivo brasileiro, de Grace de Freitas, 2007
3. CANCELLI, Elizabeth. Rádio MEC: herança de um sonho, de Liana Milanez. Editoração de livro 2007
4. CANCELLI, Elizabeth. TVE Brasil: cenas de uma história, de Liana Milanez. Editoração(Livro ) 2007

#### Membro do corpo editorial

1. *ArtCultura*(UFU)- 2006 - Atual;
2. *Fundação Perseu Abramo: História, Memória e Política* - 2005 - Atual;
3. *Revista de Estudos Criminais* - PUC/RS -2004 - Atual;

4. *Revista Ágora* - UNISC - 2005- Atual.

## IV- ORIENTAÇÕES E SUPERVISÕES

### Orientações e Supervisões concluídas

#### Pós-doutorado

1. Éder da Silveira. *O modernismo de 1922 e seus memorialistas*. Supervisão de Pós-doutorado. 2008 - 2010 - Bolsa do CNPq (História Social) Universidade de São Paulo.

#### Doutorado

1. Sérgio Luiz Marlow. *Confessionalidade a toda prova: o Sínodo Evangélico Luterano do Brasil e a questão do germanismo e do nacional-socialismo durante o governo de Getúlio Vargas no Brasil*. Tese (História Social) - Universidade de São Paulo;
2. Wanderson da Silva Chaves. *A Fundação Ford e a questão da democracia racial: 1950-1970*. Tese (História Social) - Universidade de São Paulo - Bolsa FAPESP.
3. Carlos Henrique Romão Siqueira. *A alegoria patriarcal: a linguagem da escravidão no Brasil e nos Estados Unidos*. Tese (CEPPAC-UnB), 2007 - Bolsa CNPq

#### Mestrado

1. Luciana Bueno Marta. *Intelectualidade brasileira na Guerra Fria: a agenda cultural comunista nas décadas de 1940 e 1950*. Dissertação (História Social) - Universidade de São Paulo- Bolsa CNPq
2. Ângela Artur. *A história do presídio de mulheres em São Paulo \_ 1935-1950*. Dissertação (História Social) - Universidade de São Paulo - Bolsa FAPESP; já concluída, a ser defendida em 24 de novembro de 2011.
3. Julio Barnez Pignata Cattai. *Tio Sam abraça Jeca Tatu: a propaganda das manifestações culturais pró-Estados Unidos, no Brasil, nos jornais O estado de S. Paulo e Correio da Manhã, nas décadas de 1950-1960*. Dissertação (História Social) - Universidade de São Paulo - Bolsa FAPESP.
4. Alex Gomes da Silva. *Brasil e Portugal: intelectuais e Estado*. Dissertação (História Social) - Universidade de São Paulo - Bolsa FAPESP;

#### Iniciação científica

1. Diego Penholato. *O Brasil na Segunda Guerra*. Universidade de São Paulo, 2012
2. Wilson Goulart. *Intelectuais e Guerra Fria*. 2009. Iniciação científica (História) - Universidade de São Paulo, 2009. Bolsa CNPq

### Orientações e Supervisões em andamento

#### Pós-doutorado

1. Wanderson da Silva Chaves; Bolsa FPESP.

#### Doutorado

1. Aruã Silva de Lima. *A questão negra no Brasil e nos Estados Unidos 1920-1945*. Tese (História Social) - Universidade de São Paulo; Bolsa CAPES
2. Júlio Barnes P. Cattai. *As cortes dos Direitos Humanos na Guerra Fria* - Tese (História Social) - Universidade de São Paulo
3. Alex Gomes da Silva. *Gilberto Freyre e o iberismo pós-guerra*. Tese (História Social) - Tese (Universidade de São Paulo; Bolsa CNPq
4. Fábio Lucas Cruz. *Denúncia no exílio: a frente brasileira de informação, 1964-1979*. Tese (História Social)- Universidade de São Paulo;
5. Renata C. R. de Meirelles. *Anistia para o ocidente: perplexidade, desconforto e religiosidade no pós-guerra*. Tese (História Social)- Universidade de São Paulo; Bolsa FAPESP
6. Ângela Artur. *Presas, presídios e igreja: práticas de encarceramento e atuação religiosa (1942-1977)*- Tese (História Social)- Universidade de São Paulo

7. Gustavo Mesquita. *Racismo e antirracismo. Um estudo sobre o debate da questão racial em Brasília (1960-1988)*. Tese (História Social)- Universidade de São Paulo

#### **Mestrado**

1. Flávia Uliana Lima. Dissertação (História Social)- A anistia entre os militares brasileiros. Universidade de São Paulo.

#### **Treinamento de Estágio de Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE)**

1. Gláucia Castelan Rodrigues, 2008

2. Taciana Wiazovski, 2009

3. Ângela Artur, 2010

4. Gustavo Mesquita, 2013

#### **Treinamento de alunos de graduação em Arquivo, 2009**

|                                   |          |
|-----------------------------------|----------|
| 1 - Adele De Toledo Carneiro      | 22 Horas |
| 2 - Aline Serra Teixeira          | 24 Horas |
| 3 - Aluizio De Paula T. Neto      | 36 Horas |
| 4 - Carolina Alvino Fortes        | 18 Horas |
| 5 - Cinthia Guimarães Ramos       | 44 Horas |
| 6 - Daniel Dias Dos Santos        | 25 Horas |
| 7 - Edward Dettmam Loss           | 34 Horas |
| 8 - Guilherme Z. Mongeló          | 37 Horas |
| 9 - Igor L. Truz Moraes           | 23 Horas |
| 10 - Jaeder F. Cunha              | 24 Horas |
| 11 - Marília Kazokas              | 35 Horas |
| 12 - Karen A. Xavier Da Silva     | 29 Horas |
| 13 - Lais Alves Sanchez           | 39 Horas |
| 14 - Lais Cardoso De Andrade      | 28 Horas |
| 15 - Larissa G. Takunaga          | 54 Horas |
| 16 - Rafael Carduz Rocha          | 10 Horas |
| 17 - Michele V. Aquino Dias       | 27 Horas |
| 18- Nadiesca C. D. Capuchinho     | 39 Horas |
| 19 - Natalia G. Da Silva          | 37 Horas |
| 20 - Nathalia T. Lobato           | 39 Horas |
| 21 - Thayza Alves Leite           | 23 Horas |
| 22 - Pedro H. De Almeida B. Damin | 33 Horas |
| 23 - Pedro Luis T. Piza           | 40 Horas |
| 24 - Raphael M. Barelli           | 33 Horas |
| 25 - Renato B. Cristofí           | 36 Horas |
| 26 - Tamira Naia Dos Santos       | 33 Horas |
| 27 - José Octavio Martins Cortez  | 26 Horas |
| 28 - Victor A. De Toledo Piza     | 29 Horas |
| 29 - Adamastor V. De Lima         | 52 Horas |
| 30 - Alan Nicolaev                | 44 Horas |
| 31 - Ana Cristina De Vasconcelos  | 38 Horas |
| 32 - Bruno De Lima Romano         | 34 Horas |
| 33 - Cassia Y. De Andrade Tamura  | 33 Horas |
| 34 - Diego B. Penholato           | 36 Horas |

|   |          |
|---|----------|
| 35 - Diego F. Silva Rosberg             | 38 Horas |
| 36 - Diego R. Dos Reis                  | 47 Horas |
| 37 - Gabriel Lohner Grof                | 40 Horas |
| 38 - Guilherme Amate                    | 36 Horas |
| 39 - Gustavo Dos Santos R. Saiz         | 43 Horas |
| 40 - Helena Wakim Moreno                | 24 Horas |
| 41 - Lucas S. Chnaiderman               | 43 Horas |
| 42 - Luita H. Lima De Castro            | 29 Horas |
| 43 - Marcela De Paolis                  | 27 Horas |
| 44 - Paula Vaz G. De Araujo             | 34 Horas |
| 45 - Rafael Vaz De Souza                | 29 Horas |
| 46 - Rodolpho R. Da Rocha               | 34 Horas |
| 47 - Rodrigo C. L. Almeida De Lima      | 37 Horas |
| 48 - Sergio A. Leon Lopes               | 33 Horas |
| 49 - Thais M. Moura Carneiro            | 30 Horas |
| 50 - Vinicius Moraes Da Cunha           | 25 Horas |
| 51 - Renan Leocardio De Sousa           | 27 Horas |
| 52-Felipe Gomes de Lima                 | 30 Horas |
| 53-Wilson Valladão Goularte             | 37 Horas |
| 54-Paula Vaz Guimarães de Araújo        | 38 Horas |
| 55-Roberto Virgolino Carvalho da Silva  | 27 Horas |
| 56-Daniel Aidar da Rosa                 | 26 Horas |
| 57-José Eduardo Conceição Marques       | 30 Horas |
| 58-Diego Álvares Garcia                 | 56 Horas |
| 59-Danilo Demarque Machado Siqueira     | 29 Horas |
| 60-Vinicius Ghizini                     | 20 Horas |
| 61-Diego Francisco Silva Rosberg        | 26 Horas |
| 62-Gabriele Cristine Barbosa dos Santos | 34 Horas |
| 63-Cibele de Camargo Lima               | 27 Horas |
| 64-Marília Kozokas                      | 45 Horas |
| 65-Carolina Alvino Fortes               | 39 Horas |
| 66-Ivan Cardoso Malta Junior            | 46 Horas |
| 67-Thayza Alves Leite                   | 47 Horas |

## V- PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

|   |                   |
|---|-------------------|
| 1. VII Encontro de Pós-graduandos (EPOG) FFLCH  | Convidada 2012    |
| 2. História e Testemunho - Unicamp  | Convidada 2012    |
| 3. Seminário internacional limites e possibilidades da Justiça de Transição:<br>impunidade, direitos e democracia | Convidada 2012    |
| 4. XI Congresso Internacional da Brasa  | Participante 2012 |
| 5. Simpósio Rememorando os 35 anos da PPGHIS-UnB  |                   |
| 6. Encontro de Pós-graduandos FFLCH   | Convidada 2011    |
| 7. XXVI Simpósio Nacional de História: ANPUH 50 anos  | Participante 2011 |
| 8. Congresso Internacional História, Memória e Justiça  | Convidada 2011    |
| 9. XVI Congresso Internacional da AHILA   | Participante 2011 |
| 10. 18 Simpósio Internacional de Iniciação Científica - USP   | Convidada 2010    |
| 11. I Simpósio Internacional sobre a Escravidão Africana no Brasil  | Participante 2010 |

|   |              |      |
|---|--------------|------|
| 12. Colóquio Internacional Tramas e dramas do político: linguagens, formas, jogos                                 | Participante | 2010 |
| 13. Seminário USP-Vanderbilt: As américas e o mundo Atlântico   | Participante | 2010 |
| 14. Colóquio Internacional Tramas e dramas do político: linguagens, formas, jogos.                                | Participante | 2010 |
| 15. Brazil and the Cold War in Latin America: New Research and New Sources  | Participante | 2010 |
| 16. Academia Brasileira de Ciências, Simpósio: Biologia e Sociologia da Violência: uma abordagem transdisciplinar | Convidada    | 2010 |
| 17. 17 Simpósio Internacional de Iniciação Científica - USP   | Participante | 2009 |
| 18. II Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa - pensando Gênero  | Convidada    | 2009 |
| 19. Colóquio Intersubjetividade e pluralidade: reflexão e sentimento na História                                  | Convidada    | 2008 |
| 20. Ninth International Congress of the Brazilian Studies Association   | Participante | 2008 |
| 21. Semanário Nacional & semana Acadêmica de História: História do Tempo presente: possibilidades e desafios      | Convidada    | 2008 |
| 22. Seminário Internacional Perón & Vargas  | Convidada    | 2008 |
| 23. Estados Autoritários e Totalitários e suas Representações : propaganda, ideologia, historiografia e memória   | Convidada    | 2007 |
| 24. Colóquio Internacional Figurações do outro na História  | Convidada    | 2007 |
| 25. XXIV Simpósio Nacional de História  | Participante | 2007 |
| 26. XXIV Simpósio Nacional de História  | Participante | 2007 |
| 27. XV Congresso de iniciação Científica da Unicamp   | Convidada    | 2007 |

## **VI- REPRESENTAÇÃO DOCENTE**

1. Membro do Conselho de Departamento de História;
2. Membro suplente Congregação FFLCH - atual;
3. Membro suplente representante de História na comissão de pesquisa FFLCH - atual.
4. Membro da Comissão de graduação - atual
5. Coordenadora da área de História Brasil Independente - atual

## **VII- PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE PESQUISA**

1. Núcleo História e linguagens políticas: razão, sentimento e sensibilidade, sediado na Unicamp, 1994-atual;
2. Grupo informal de discussão História e Literatura e História e Psicanálise (USP): Daniel Farias (Unicamp), Virgínia Camilotti (UNIMEP), Ana Vicentini de Azevedo (UFSCar e UNB), 2007;
3. Grupo de Estudos sobre a Guerra Fria - Dep. de História \_USP, 2011, atual;
4. PROIN (Laboratório de Estudos Sobre Memória Política Brasileira - USP), financiamento FAPESP, pesquisadora principal, 2007-2009.

## VIII- PARTICIPAÇÃO EM BANCA DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO

### Concurso Público

1. Concurso Público para cargo de Professor Doutor Departamento de História, USP, 2013
2. Concurso Público cargo professor da Carreira Magistério Superior, Departamento de História, UFSC, 2013
3. Concurso Público Professor Assistente, Departamento de Economia - UNIFESP, Araraquara, 2012

### Livre-docência

1. Participação em banca de Dora Isabel de Paiva. *Fronteiras nas Américas: Povoamento e Colonização no Brasil e nos Estados Unidos, séc. XIX*. 2010. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, Departamento de Economia.

### Demais bancas

1. Confessionalidade a toda prova: o Sínodo Evangélico Luterano do Brasil e a questão do germanismo e do naciona-socialismo alemão durante o governo de Getúlio Vargas no Brasil, doutorado, 2013
2. A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964), doutorado, 2013
3. Publicar ou perecer: as Edições GDR, a política da tragédia e a campanha anticomunista no Brasil (1956-1968), doutorado, 2013
4. A questão negra no Brasil e nos Estados Unidos (1920-1945), qualificação doutorado, 2013
5. As interfaces do político: o pensamento de Alberto Pasqualini e as concepções de Estado-nação no Brasil do Des-Foco (1936-1955), qualificação doutorado, 2013
6. Intelectualidade brasileira em tempos de Guerra Fria: agenda cultural, revistas e engajamento comunista - Mestrado, 2012
7. Memória e Estado Novo: A Igreja Luterana do Missouri - qualificação doutorado, 2012
8. Mulheres fora da lei e da norma: controle e cotidiano na Penitenciária Feminina do Paraná, doutorado, 2012
9. O Brasil e a recriação da questão racial no pós-guerra: um percurso através da história da Fundação Ford, doutorado, 2012
10. A Fundação Ford e a questão da democracia racial: 1950-1970 - qualificação de doutorado 2011
11. Cultura em Comentário: uma revista de cultura e resistência (1960-1973) -Doutorado 2011
12. Cultura luso-brasileira em perspectiva: Portugal, Brasil e o projeto cultural da revista Atlântico - Mestrado 2011
13. O Estandarte silencioso: A United States Information Agency na mídia impressa do Brasil - Correio da Manhã e Tribuna da Imprensa, 1953-1964. Mestrado 2011
14. Artesão da subversão. os trabalhadores gráficos e o DEOPS: repressão e resistência durante a Era Vargas (1930-1945)- Mestrado, 2010
15. As gradações do moderno na Literatura brasileira (1822-1922)- Doutorado 2010
16. As territorialidades dos sindicatos no Brasil do início do Século XX até meados de 1930- Exame de qualificação de doutorado 2010
17. Qualificação: Oliveira Vianna - Mestrado 2010
18. Qualificação, orientadora: A origem do Presídio de Mulheres do estado de São Paulo - Mestrado 2010

19. Qualificação, orientadora: Dois Brasis, vários Portugais: projeto de (des)nacionalização pelas letras. Revista Atlântico (1941-1945)- Mestrado 2010
20. Qualificação, orientadora: Tio Sam abraça o Jeca Tatu- Mestrado 2010
21. A História e o discurso da Lei: o discurso antecede à História -Doutorado 2009
22. Do convívio e colaboração das raças: elogio da mestiçagem e reabilitação do negro em Manuel Quirino - Mestrado 2009
23. Exame de qualificação: Artesãos da subversão: os trabalhadores gráficos e o DEOPS- Mestrado 2009
24. Guerra do Paraguai: os caminhos da memória entre a comemoração e o esquecimento Doutorado 2009
25. A imaginação como temporalidade: o pensamento de Eduardo Prado e seus outros na elaboração da ontologia nacional em fins do 19-Doutorado 2008
26. Expulsão de estrangeiros: o mito da nocividade no Brasil (1937-1945)- Doutorado 2008
27. A alegoria patriarcal: escravidão, raça e nação nos Estados Unidos e no Brasil- Doutorado 2007
28. A Torre sob vigia: as Testemunhas de Jeová em São Paulo (1930-1954) -Mestrado 2007
29. Mina de passagem: descida ao inferno (1863-1927) - qualificação de doutorado 2007
30. A construção do conceito de ordem pública nas políticas de segurança dos distritos federais do Brasil e do México (1980-2005) -Doutorado 2006
31. Humor, propaganda e persuasão- uma análise do papel das charges na propaganda nazista - Mestrado 2006
32. Meandros do multiculturalismo no Brasil: raça, racismo e tolerância no discurso acadêmico (1990-2005) Mestrado 2006

## **IX- BOLSAS E AUXÍLIO**

1. Bolsa de Produtividade CNPq - pesquisadora 1C
2. Bolsa FAPESP - pesquisadora principal - julho 2007 - julho 2009
3. Auxílio Evento FAPESP - setembro 2011

## **X- PESQUISA EM ARQUIVOS**

1. Arquivo do Estado de São Paulo
2. Biblioteca da Universidade de Chicago
3. National Archives, Washington
4. Biblioteca da Universidade do Texas (Austin), Harry Ransom Humanities Research Center